



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**CABEDELO/PB**

**MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado ao Órgão de Controle Externo Federal, sob a supervisão do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, na forma de Prestação de Contas Anual a que estão sujeitos todos os Órgãos da Administração Pública Federal, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**CABEDELO/PB**

**MARÇO/2013**

**LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PIB – Produto Interno Bruto**

**Port. – Portaria**

**PPA – Plano Plurianual**

**SR – Superintendência Regional**

**RG – Relatório de Gestão**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**UO – Unidade Orçamentária**

**CIGE - Centro Integrado de Gestão Estratégica**

**UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

**e-LOG – Sistema Eletrônico de Logística**

**COF – Coordenação de Orçamento e Finanças**

**DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial**

**UCI – Unidade de Controle Interno**

## LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual .....	13
Organograma Funcional da SR/DPF/PB .....	29
Tabela I - Macroprocessos Finalísticos.....	32
Tabela II - Macroprocessos de Apoio.....	35
Tabela III - Avaliação do Plano de Metas.....	42
Quadro A.3.1 – Avaliação dos Sistemas de Controles Internos da UJ.....	45
Quadro A.4.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	52
Quadro A.4.2 – Despesa por Modalidade de Contratação - Créditos Originários.....	53
Quadro A.4.3 – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários.....	54
Quadro A.5.1 – Situação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	56
Quadro A.5.2.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	58
Quadro A.5.2.2 – Despesas Cartão de Crédito Cooperativos por UG e por Portador.....	58
Quadro A.5.2.3 – Despesas Realizadas com Cartão de Crédito Cooperativo (Série Histórica).....	59
Quadro A.5.2.4 – Prestação de Contas Suprimento de Fundos (SF).....	59
Quadro A.6.1 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação em 31/12.....	61
Quadro A.6.2 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação em 31 de dezembro.....	62
Quadro A.6.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12.....	63
Quadro A.6.4 – Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Aanteriores.....	65
Quadro A.6.5 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31 de dezembro.....	65
Quadro A.6.7 – Contratos de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva.....	67
Quadro A.6.8 – Contratos de Prestação de Serviços Locação de Mão de Obra.....	68
Gráfico dos Volumes de Consumo de Combustível, Ano: 2012 - SIGEPOL - SR/PB.....	71

Mapa de Controle Anual de Veículo Oficial Ano: 2012 - SIGEPOL - SR/PB.....	73
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	72
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Tereceiros..	73
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Resp. da Unidade.....	74
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	75
Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	79
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Enérgia Elétrica e Água.....	81
Quadro A.10.1 – Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	82
Quadro A.10.2 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.....	85
Quadro A.10.3 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	86
Quadro A.11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis no exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	88
Tabela IV – Operações Policiais, Demonstração dos Resultados e Objetivos.....	90
Tabela V – Laudos Periciais e Informações Técnicas Produzidos no Exercício.....	97
Tabela VI– Produção da Delemig.....	98
Tabela VII– Produção do Núcleo d Identificação.....	98
Tabela VIII– Produção da Deleaq.....	98
Tabela IX– Produção da Delearn.....	99
Tabela X– Produção da Delesp.....	99
Tabela XI– Produção do Núcleo de Operações.....	99

## SUMÁRIO

<b>INTRUDUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1. ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>13</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	13
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	13
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	15
1.2.1 Competência Institucional.....	16
1.2.2 Ampliação das Atribuições.....	16
1.2.3 Os Podes da Constituição Federal de 1946.....	17
1.2.4 O Policiamento Provisório na Futura Capital Federal do Brasil.....	17
1.2.5 A Reorganização do DFSP.....	17
1.2.6 A Reforma Administrativa e a Instituição do Departamento de Polícia Federal.....	18
1.2.7 A Denominação Polícia Federal.....	19
1.2.8 Datas Comemorativas.....	19
1.2.9 Negócio.....	19
1.2.10 Missão.....	19
1.2.11 Visão de Futuro.....	20
1.2.12 Valores.....	20
1.2.13 Fatores Críticos de Sucesso.....	20
1.2.14 Políticas Cooperativas.....	21
1.2.15 Macro Objetivos.....	22
1.2.16 Objetivos Estratégicos.....	22
1.2.17 Análise do Plano Estratégico em Andamento na Unidade.....	27
1.2.18 Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício de 2012.....	29
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	29
1.3.1 Superintendência Regional.....	30

1.3.2 Delegacia Regional Executivo.....	30
1.3.3 Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado.....	30
1.3.4 Corregedoria Regional de Polícia Federal.....	31
1.3.5 Setor Técnico Científico.....	31
1.3.6 Setor de Administração e Logística Policial.....	31
1.3.7 Setor de Recursos Humanos.....	31
1.3.8 Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande.....	31
1.3.9 Delegacia de Polícia Federal em Patos.....	32
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	32
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	35
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	37
<b>2. ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>37</b>
2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	37
2.1.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	37
2.1.2 Estratégia de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	39
2.1.3 Execução do Plano de Metas.....	42
2.1.4 Indicadores.....	43
<b>3. ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>44</b>
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	44
3.1.1 Estrutura de Governança.....	44
3.1.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	45
3.1.3 Sistema de Correições.....	48
3.1.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	51
<b>4. ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>51</b>
4.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	51
4.1.1 Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	51
4.1.2 Execução Orçamentária da Despesa.....	52

<b>5. ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>56</b>
5.1 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	56
5.1.1 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	56
5.1.2 Suprimento de Fundos.....	57
<b>6. ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>60</b>
6.1 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	60
6.1.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	60
6.1.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	66
<b>7. ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>70</b>
7.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	70
7.1.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	70
7.1.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	73
<b>8. ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>75</b>
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	75
8.1.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	76
<b>9. ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>79</b>
9.1 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	79
9.1.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	79
9.1.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	81
<b>10. ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>82</b>
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	82
10.1.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	82
10.1.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei 8.730/93.....	85
10.1.3 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	85
<b>11. ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>87</b>
11.1 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	87



11.1.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	87
11.1.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	88
<b>12.</b>	<b>ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012.....</b>	<b>88</b>
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES.....	88
12.1.1	Outras Informações Consideradas Relevantes Pela UJ.....	88
12.1.2	Gestão com Qualidade e Perspectivas de Melhorias nos Controles Internos.....	89
12.1.3	Programa Carbono Neutro.....	90
12.1.4	Implantação de Sistemas e Processos Eletrônicos.....	90
12.1.5	Realizações de Natureza Operacional.....	90
	<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba no exercício de 2012, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno do Poder Executivo Federal (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados na Parte “A” do Anexo II, da DN TCU nº 119/2012 que se aplicam à Unidade Jurisdicionada e que tiveram ocorrência durante o exercício, quais sejam: Identificação de Relatório de Gestão Individual da unidade jurisdicionada; Finalidade e Competências Institucionais, Apresentação do Organograma Funcional, Macroprocessos Finalísticos; Planejamento Estratégico e do Plano de Metas; Informações Gerais sobre a Gestão, incluindo a avaliação dos riscos que poderiam prejudicar ao alcance dos objetivos estratégicos; Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão; Programação da Despesa Orçamentária e Financeira, incluindo as informações sobre os programas do Plano Plurianual vigente, Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira; Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores; Recursos Humanos Transferências; Sistema de Controle Interno; Sustentabilidade Ambiental; Gestão do Patrimônio Imobiliário; Gestão de Tecnologia da Informação; Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno e Informações sobre o Tratamento de Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.

Os itens referentes à Reconhecimento de passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, Informação sobre Transferência Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Informações sobre Renúncia Tributária, Parecer de Auditoria Independente, Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda, Informações sobre as Contratações de Consultores na Modalidade “Produto”, Avaliação sobre o Andamento dos Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos, não se aplicam à unidade ou não tiveram ocorrência no exercício, portanto, foram excluídos do corpo do relatório com a respectiva repercussão na numeração sequencial dos itens enumerados na Decisão Normativa.

Fato similar ocorreu em relação a alguns quadros de itens contemplados no relatório, a exemplo da Programação de Despesas Correntes, de Despesas de Capital, Quadro Resumo da Programação de Despesas, Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade, Demonstrativo do Quantitativo de Terceirizados Irregulares na Administração da Unidade e Providências Adotadas para sua Regularização, Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade e Outras Informações Consideradas Relevantes para a Unidade também não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional ou não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo Órgão Central do Departamento de Polícia Federal a que está subordinado essa UG.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 150/2012, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/PB opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. Sendo assim, os quadros previstos nos tópicos especiais de execução orçamentária e financeira que se referem a operações que necessitam serem demonstradas e avaliadas de forma consolidada, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial

dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

As principais realizações da gestão, no exercício de 2012, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, corrupção de servidores e agentes públicos, entre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

A Paraíba encontra-se localizada no leste da região Nordeste e tem como limites ao norte o Estado do Rio Grande do Norte, cuja Capital é a cidade de Natal, ao leste o Oceano Atlântico, tendo como destaque a Ponta do Seixas, importante ponto turístico da capital do Estado localizada na praia do Cabo Branco, caracterizada por ser o local que marca o ponto mais oriental das Américas; ao sul o Estado de Pernambuco, cuja capital é a cidade de Recife, e ao oeste o Estado do Ceará, cuja capital é Fortaleza. Com uma área de 56.439<sup>1</sup> Km<sup>2</sup> e uma população de 3.769.977<sup>2</sup>, correspondente a 1,9% da população nacional, tem uma taxa de densidade demográfica de 64,52 hab/km<sup>2</sup>, sendo a Paraíba uma das unidades da federação de menor superfície, o Estado se caracteriza como um dos menores do país. O Estado possui dois (02) aeroportos em funcionamento, Aeroporto Internacional Castro Pinto em João Pessoa e o Aeroporto Presidente João Suassuna em Campina Grande. Somente o primeiro possui posto de atendimento da Polícia Federal.

Para o ano de 2012 foram priorizadas pela gestão da SR/DPF/PB ações de combate ao crime organizado, em suas diversas modalidades, com destaque para o combate ao tráfico de entorpecentes, às atividades de milícias (grupos de extermínio) e às diversas formas de desvio de recursos públicos federais e de corrupção praticada por servidores públicos federais e estaduais. O desempenho das atividades da unidade administrativa, tanto no campo operacional como nas áreas meio, sofreram dificuldades consideráveis para realização dos seus objetivos, especialmente por conta das limitações orçamentárias introduzidas pelo Decreto n° 7.689/2012, a exemplo do estabelecimento de limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação operacional.

Os planos e projetos para o exercício de 2013 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das unidades administrativas da SR/DPF/PB e das duas Delegacias a ela vinculadas, tendo como missões prioritárias nesse campo a mudança da Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande e a contratação do projeto executivo para início da obra de construção da sede própria para abrigar a Superintendência Regional, assegurando assim a consolidação de uma política de promoção de condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões institucionais.

O trabalho em parceria com o Órgão de Segurança do Estado e outras Superintendências Regionais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, também merece destaque uma vez que buscou combater o crime organizado em suas diversas modalidades, com destaque, como já dito, para o combate ao tráfico de drogas e de armas e ao desvio de recursos públicos federais e a

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, consultado em 10/03/2013.

<sup>2</sup> Dados do IBGE, Censo de 2010, consultado em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, em 10/03/2013.

corrupção de agentes do Estado, trabalho esse que culminou com a prisão de diversos envolvidos e a apreensão de armas e munições, além do bloqueio judicial de bens móveis e imóveis de alguns dos investigados.

Paralelamente, diversas realizações foram levadas a efeito durante o ano de 2012, com destaque para:

- Conclusão da obra da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Campina Grande, possibilitando a instalação em prédio próprio de todo o contingente policial em condições dignas de trabalho no ano de 2013;
- Regularização da relação contratual com o proprietário do imóvel onde atualmente funciona a Sede da SR/DPF/PB, fato que viabilizou a assinatura do novo contrato dando maior segurança à relação jurídico-contratual da SR/DPF/PB e o respectivo proprietário;
- Sensibilização do Órgão Central de Orçamento do DPF no sentido de aumentar o repasse de cotas orçamentárias para unidade uma vez que os custos crescentes estavam em patamares superiores ao repasse causando problemas de descontinuidade dos contratos e prejuízo às atividades operacionais da unidade;
- Atuação integrada dos setores de gestão e fiscalização de contratos, ambos ligados ao Setor de Administração e Logística Policial – SELOG, com vistas à otimização dos custos e melhor desempenho dos serviços prestados em função dos contratos mantidos com empresas dos mais diversos ramos, tais como: telefonia, combustível, prestadores de serviço, manutenção de viaturas, aquisição de passagens aéreas, fornecimento de água/luz, refrigeração, etc.;
- Continuação da política de qualificação dos servidores desta Unidade por meio da participação em cursos desenvolvidos pela Unidade Sede, em Brasília, na ANP e na introdução da cultura de manualização de procedimentos nas diversas áreas de atuação da Polícia Federal, inclusive nas atividades de apoio, a exemplo de Roteiros Contábeis baseados em transações SIAFI;
- Melhoria da estrutura de TI com a aquisição de novos equipamentos de informática para atender demandas específicas do SETEC/SR/DPF/PB e de outros setores estratégicos, além da Adesão à licitação de âmbito regional para contratação de serviços de suporte na área de TI para o exercício de 2013;
- Adesão à política de melhoria das contratações por meio da participação em licitações de âmbito nacional para contratações de serviços de aquisição de passagens áreas de âmbito nacional e internacional;
- Contratação de empresa especializada para confecção e montagem do mobiliário específico para o Laboratório de Química Forense do SETEC/SR/DPF/PB, fato que viabilizará em 2013 a concretização da instalação desse laboratório em padrões de

qualidade e eficiência compatíveis com toda e qualquer demanda da Polícia Federal no Estado e na região;

- Continuação da política de implementação de ações e medidas relacionadas à saúde dos servidores: atuação ativa do SRH, Assistência Social e do Núcleo de Educação Física, realização de cursos e palestras específicas;
- Manutenção das ações de capacitação de todos os servidores policiais quanto ao uso e manuseio de armas de fogo, bem como, de emprego de bastão retrátil e técnicas de imobilização, ministrado por instrutores desta Regional credenciados junto à Academia Nacional de Polícia - ANP;
- Manutenção de política de atuação preventiva da Corregedoria local, principalmente no que se refere a correções ordinárias e parciais de expedientes policiais, com substancial melhoria na qualidade dos Inquéritos Policiais;
- Manutenção da política de apoio e parceria operacional com diversos órgãos públicos federais, particularmente através do Núcleo de Operações, a exemplo do IBAMA, Justiça Federal, SPU, DEPEN, MPU, MPE e SSP/PB;
- Aprimoramento da política de melhoria constante no relacionamento com todos os Órgãos Públicos que mantêm contato com a Polícia Federal, tanto em relação a atos de Polícia Judiciária, quanto administrativa (dentre eles, Poder Judiciário Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual, Secretaria de Segurança, Secretaria de Justiça, OAB, CGU, TCU, Receita Federal, AGU, UFRN, Forças Armadas, Forças de Segurança, ABIN, IBAMA, SPU, imprensa, CEF, Banco do Brasil, etc.);
- Manutenção da política de acompanhamento das atividades interna e externa por meio de várias comissões com o objetivo de melhorar o desempenho operacional nas áreas de fiscalização de produtos químicos, controle de segurança privada, registro de armas e munições, inventário, doação de bens, contratos, etc.;
- Manutenção da política de apoio às atividades de controles internos administrativos, com a designação de servidores qualificados para desempenho das tarefas de Conformidade Contábil de Conformidade de Gestão desta UJ.
- Manutenção da política de melhoria das atividades de fiscalização nas contratações de serviços nas áreas de engenharia civil e manutenção predial por intermédio da implantação do Grupo Técnico de Engenharia – GTED.

Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: desvios de verbas públicas, crimes contra a previdência, corrupção de agentes públicos, o tráfico de entorpecentes e violação de direitos humanos (grupos de extermínio).

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal em sua competência Constitucional de ser a polícia judiciária da União, a produção de provas é o seu produto final, tanto para as ações proativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (investigações instauradas mediante portaria).

No ano de 2012, a SR realizou 11 (onze) operações policiais de destaque local e/ou nacional, resultando no cumprimento de inúmeros mandados de prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva) e tantos outros mandados de busca e apreensão, conforme se ilustra de forma detalhada na seção do desempenho operacional deste relatório.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 399 (trezentos e noventa e nove) Inquéritos Policiais, foram relatados 458 (quatrocentos e oitenta), e ficaram em aberto (em andamento) aproximadamente 690<sup>3</sup> (seiscentos e noventa) inquéritos.

As principais dificuldades para realização dos objetivos estão diretamente ligadas às restrições orçamentárias e financeiras aliada à carência de pessoal em face dos trabalhos demandados, principalmente no âmbito das Delegacias no interior do Estado que não dispõem de efetivo de servidores suficientes para atender à demanda crescente, necessitando constantemente de aporte de pessoal por parte desta Superintendência.

## 1. ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

#### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

##### Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

<i>Poder e Órgão de Vinculação</i>		
<i>Poder: Executivo</i>		
<i>Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça</i>		<i>Código SIORG: 316</i>
<i>Identificação da Unidade Jurisdicionada</i>		
<i>Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no estado da Paraíba</i>		
<i>Denominação abreviada: Polícia Federal na Paraíba</i>		
<i>Código SIORG: 1153</i>	<i>Código LOA: Não se aplica</i>	<i>Código SIAFI: 200396</i>
<i>Situação: Ativa</i>		
<i>Natureza Jurídica: Órgão Público</i>		
<i>Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública</i>		<i>Código CNAE: 8424-8/00</i>

<sup>3</sup> Dados fornecidos pela Corregedoria Regional da SR/DPF/PB.

<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(083) 3248-5920	(083) 3248-5921	(083) 3248-5922
<b>E-mail:</b> sec.gab.srpb@dpf.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.pf.gov.br">http://www.pf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> BR 230, Km 07, Rua Annita Luiza Mello Di Lascio, s/n, Ponta de Campina, Cabedelo/PB. CEP: 58.310-000			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<i>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</i>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</li> </ul> <p><b>SR/DPF/PB</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criada como Subdelegacia Regional pela Port. 183, de 29/04/65, BS. 081, de 04/05/65. Transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72.</li> <li>• Elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.</li> </ul> <p><b>FUNAPOL:</b> - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>			
<i>Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</i>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.</li> <li>• Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.</li> <li>• Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes, tendo sido alterada pela IN Nº 17/2008-DG/DPF e pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.</li> <li>• Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.</li> </ul>			
<i>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</i>			
Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico ( <a href="http://intranet.dpf.gov.br/srpe">intranet.dpf.gov.br/srpe</a> ), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado com a finalidade de promover a divulgação dos serviços mais			

relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da Polícia Federal, bem assim proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do Órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.	
<i>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>	
<b><i>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i></b>	
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
200396	TESOURO
200397	FUNAPOL
<b><i>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i></b>	
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
00001	TESOURO
<b><i>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</i></b>	
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
200396	00001
200397	00001

## 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Conforme Portaria nº 1.735/2010-DG/DPF, de 03 de novembro de 2010, a qual aprova o Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, e dá outras providências está assim composto:

- I – Histórico;
- II – Negócio;
- III – Missão;
- IV – Visão;
- V – Valores;
- VI – Fatores Críticos de Sucesso;



VII – Políticas Corporativas;

VIII – Macro Objetivos;

IX – Objetivos Institucionais; e

X – Ações Estratégicas.

### **1.2.1 Competência Institucional**

A Polícia Federal tem sua origem na Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 10 de maio de 1808, com as mesmas atribuições que tinha em Portugal, quando, na oportunidade, foi designado para o cargo de Intendente-Geral de Polícia da Corte o Desembargador e Ouvidor Paulo Fernandes Viana.

Com o Decreto-Lei no. 6.378, de 28 de março de 1944, a antiga Polícia Civil do Distrito Federal, que funcionava na Cidade do Rio de Janeiro/ RJ, então capital da República, no Governo de Getúlio Vargas, foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, diretamente subordinada ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

De acordo com esse Decreto-Lei, ao DFSP incumbiam os serviços de polícia e segurança pública e, em âmbito nacional, os de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras.

Estabeleceu-se, também, que as Secretarias ou Departamentos de Segurança e Chefaturas de Polícia dos Estados receberiam orientação do DFSP a respeito de assuntos de ordem política e social, relacionados com a segurança pública do país.

### **1.2.2 Ampliação das Atribuições**

Posteriormente, por força do Decreto-Lei no. 9.353, de 13 de junho de 1946, foi atribuída competência ao DFSP, em todo o território nacional, especialmente por atuar nos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras e nas apurações das seguintes infrações penais e de sua autoria:

- a) que atentassem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho;
- b) referentes à entrada, permanência ou saída de estrangeiros no território nacional;
- c) definidas nos títulos X (Crimes contra a Fé Pública) e XI (Crimes contra a Administração Pública) do Código Penal, quando o interessado fosse a Fazenda Nacional; e
- d) relacionadas ao comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes.

### **1.2.3 Os Poderes da Constituição Federal de 1946**

As competências atribuídas ao DFSP sofreram restrições, em razão dos poderes concedidos aos Estados de modo a prover as necessidades de sua administração, contidos no art. 18, § 1o., da Constituição Federal de 1946. Ainda, o inciso VII do art. 5o. da Carta concedia à União competência tão-somente para “superintender” aqueles serviços. Todavia, isso não significava executar ou atuar, mas apenas fiscalizar, inspecionar e observar. Agir fora desses limites poderia ser interpretado como prática de ato inconstitucional.

### **1.2.4 Policiamento Provisório na Futura Capital Federal do Brasil**

Já na segunda metade da década de 1950, a futura capital se encontrava em fase de construção acelerada. A população crescia desordenadamente, em uma “cidade” cuja administração ainda não havia se estabelecido oficialmente.

Levando-se em conta a procura de trabalho rendoso, enriquecimento rápido e o afluxo de aventureiros que chegavam à futura capital Federal, oriundos de várias partes do país, fez-se necessário a criação de uma força policial organizada, a fim de conter os que perpetravam toda sorte de delinquência.

Em 9 de dezembro de 1958, o Governador do Estado de Goiás sancionou a Lei no. 2.364, de 9 de dezembro de 1958, criando o Departamento Regional de Polícia de Brasília – DRPB, ao qual se subordinava a Guarda Civil Especial de Brasília – GEB, assim permanecendo até a inauguração da nova capital federal, ocasião em que o DRPB foi incorporado ao Departamento Federal de Segurança Pública.

Pela Lei no. 3.754, de 13 de abril de 1960, que trata da organização administrativa do Distrito Federal, contida em seu art. 53 e parágrafos, o DFSP passou a ser situado em Brasília e a realizar os serviços de policiamento de caráter local, incorporando o Serviço de Polícia Metropolitana, cuja estruturação dependia de lei específica.

Com a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, todos os órgãos dos poderes da República vieram para esta capital. Precariamente, a sede do DFSP foi instalada em um galpão de madeira da Novacap até outubro de 1960. Mais tarde, foi transferida para o 5º andar do Bloco 10 da Esplanada dos Ministérios.

Sem meios para funcionar plenamente, a solução encontrada foi o aproveitamento do pessoal que integrava o DRPB, do governo do estado de Goiás, com circunscrição em toda a área destinada ao Distrito Federal. Passou-se, então, à busca de uma estrutura para o DFSP calcada em moldes mais avançados, partindo-se de exemplos de outros aparelhos policiais, tais como os da Inglaterra, Canadá e dos Estados Unidos da América.

No final do ano de 1960, foi encaminhado pelo Poder Executivo um anteprojeto de lei com vista à criação de um organismo policial que, em sua composição estrutural, se assemelhasse às instituições de segurança dos países acima referidos, inclusive no tocante às denominações pretendidas para os cargos a serem criados.

### **1.2.5 A Reorganização do DFSP**

Somente em 1964, com a mudança operada no pensamento político da Nação, a ideia da manutenção de um Departamento Federal de Segurança Pública, com capacidade de atuação em todo o território nacional, prosperou e veio a tornar-se realidade, com a sanção da Lei no. 4.483, de 16 de novembro do mesmo ano, reorganizando o então DFSP, com efetivo cunho Federal. Em 21 de julho de 1977, foi inaugurada a sede do DFSP, localizada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 6, Lotes 9 e 10, onde atualmente encontra-se o Edifício-Sede do Departamento de Polícia Federal.

A Lei no. 4.483/64 conferiu ao órgão atuação em todo o território nacional, relacionando suas atribuições nas alíneas “a” a “p” do seu art. 1o., conforme descrito abaixo:  
“Art. 1o. Ao Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, com sede no Distrito Federal, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dirigido por um Diretor-

Geral, nomeado em comissão e da livre escolha do Presidente da República, compete, em todo território nacional:

- a) a superintendência dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira;
- b) a fiscalização nas fronteiras terrestres e na orla marítima;
- c) a apuração, com a cooperação dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda e em colaboração com as autoridades dos Estados, dos ilícitos penais praticados em detrimentos de bens, serviços ou interesses da União;
- d) a apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados, dos crimes que, por sua natureza, características ou amplitude, transcendam o âmbito de uma unidade federada ou que, em virtude de tratados ou convenções internacionais, o Brasil se obrigou a reprimir;
- e) a investigação e apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados, de crimes praticados contra agentes federais, no exercício de suas funções;
- f) a censura de diversões públicas, em especial, a referente a filmes cinematográficos, quando transponham o âmbito de um Estado;
- g) a execução, em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física do Presidente da República, de diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;
- h) a coordenação e a interligação, no país, dos serviços de identificação dactiloscópica, civil e criminal;
- i) a formação, o treinamento e a especialização profissional de seu pessoal e, quando solicitado, de integrantes das Polícias dos Estados, Distritos Federal e Territórios;
- j) a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial, aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada;
- l) a cooperação, no país, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional ou interestadual;
- m) a supervisão e a colaboração no policiamento das rodovias federais;
- n) a execução de outros serviços de policiamento atribuídos à União, de conformidade com a legislação em vigor;
- o) a apuração dos crimes nas condições previstas no art. 5º do Código Penal, quando solicitado pelas autoridades estaduais ou ocorrer interesse da União; por determinação do Ministro de Estado da Justiça;
- p) a apuração dos crimes contra a vida ou contra comunidades silvícolas no país, em colaboração com o Serviço de Proteção aos “Índios.”

### **1.2.6 A Reforma Administrativa e a Instituição do Departamento de Polícia Federal**

A Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967, em seu art. 8o., inciso VII, estabeleceu que competisse à União organizar e manter a Polícia Federal e, nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” descreveu suas atribuições, agora constitucionais e dessa forma identificadas.

Diante da competência delimitada, essa mesma Constituição Federal, estabelecera, em seu art. 210, que: “o atual Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal considerando-se automaticamente substituída por esta denominação à menção à anterior constante de quaisquer leis ou regulamentos”.

Ainda no ano de 1967, foi operada uma reforma administrativa pelo Decreto-Lei no. 200, constituindo-se num verdadeiro marco no sentido da superação da rigidez burocrática então vigente. Essa norma transferiu as atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista a fim de obter-se maior dinamismo operacional por meio da descentralização funcional. Além disso, instituiu como princípios de racionalidade administrativa o planejamento e o orçamento, o descongestionamento de chefias executivas superiores (desconcentração/descentralização), objetivando reunir competência e informação no processo decisório, a sistematização, a coordenação e o controle.

### **1.2.7 A Denominação Polícia Federal**

A Emenda Constitucional no. 1, de 17 de outubro de 1969, que praticamente substituiu a Constituição Federal de 1967, referiu-se ao DPF apenas como Polícia Federal e previu suas atribuições no inciso VIII do art. 8o.. Já a atual Constituição Federal, promulgada em 1988, manteve a denominação do DPF apenas como Polícia Federal, designada como órgão de segurança pública no art. 144, inciso I, tendo suas atribuições previstas no § 1o. do mesmo dispositivo Constitucional.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 denominar o órgão apenas como Polícia Federal e o Decreto no. 6.061/2007 posicioná-lo hierarquicamente ao lado das demais secretarias do Ministério da Justiça, ainda é corrente a denominação Departamento de Polícia Federal.

### **1.2.8 Datas Comemorativas**

O Conselho Superior de Polícia – CSP, órgão máximo de assessoramento e deliberação do Diretor-Geral do DPF, amparado por relatório do Grupo de Trabalho Instituído pela Portaria Nº 598-DGP/DPF, de 15 de junho de 2004, deliberou, por maioria de votos, que a data de criação do DPF é o dia 28 de março de 1944, entendendo-se como tal sua data comemorativa.

O citado Conselho também estabeleceu o dia 16 de novembro como data comemorativa do “Dia do Policial Federal”, oportunidade em que fora sancionada a Lei no. 4.483, no ano de 1964, a qual reorganizou o DFSP, tudo corroborado pelo Decreto nº 5.279, de 22 de novembro de 2004.

### **1.2.9 Negócio**

Ciência Policial.

### **1.2.10 Missão**

Exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito.

### **1.2.11 Visão de Futuro**

Tornar-se referência mundial em Ciência Policial.

### **1.2.12 Valores**

#### **a) Coragem**

Possuir a capacidade e iniciativa de agir no cumprimento de seu dever em situações extremas, ainda que com risco à própria vida.

#### **b) Lealdade**

Cultuar a verdade, a sinceridade e o companheirismo, mantendo-se fiel às responsabilidades e aos compromissos assumidos.

#### **c) Legalidade**

Comprometer-se com a democracia e o ordenamento jurídico vigente, sublimando a determinação de defender os interesses vitais da União.

#### **d) Ética e Probidade**

Desenvolver práticas de gestão e padrões de trabalho calcados em preceitos éticos e morais, pautando sua vida pela honradez, honestidade e constante busca da verdade.

#### **e) Respeito aos Direitos Humanos**

Alicerçar suas atitudes, como servidor e cidadão, na preservação dos princípios basilares de respeito aos Direitos Humanos.

### **1.2.13 Fatores Críticos de Sucesso**

#### **a) Pessoal motivado**

Dispor de efetivo motivado em quantidade suficiente ao desempenho de suas atribuições e ao cumprimento da missão institucional.

#### **b) Apoio logístico efetivo**

Dispor de um sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas.

#### **c) Capacitação permanente**

Dispor de um programa contínuo de educação e capacitação, individual e coletivo e com avaliações periódicas que se reflitam na carreira.

#### **d) Inteligência bem estruturada**

Dispor de sistemas de inteligência estratégica e policial, capacitados para a produção, proteção e difusão do conhecimento, acompanhando as evoluções no segmento.

**e) Comunicação eficiente**

Dispor de um eficiente sistema de comunicação interna e externa, de modo a atender às necessidades decorrentes das atividades desempenhadas por cada unidade.

**f) Credibilidade mantida**

Dispor de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

**g) Recursos financeiros suficientes**

Dispor de um plano de desenvolvimento sustentável que permita executar o que fora estrategicamente planejado.

**h) Parcerias formalizadas**

Dispor de parcerias formais, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo às atuações conjuntas e sistêmicas.

**i) Recursos de C&T atualizados**

Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento do “estado da arte” em matéria de Ciência e Tecnologia.

**j) Infraestrutura adequada**

Dispor de edificações e mobiliário adequado para o desempenho de suas atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

**1.2.14 Políticas Corporativas**

**a) Planejamento evolutivo, permanente e flexível.**

Planejar a administração dos seus sistemas e macroprocessos, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

**b) Estímulo da criatividade, pró-atividade e experiência.**

Estimular, em todos os níveis, a criatividade, o comportamento proativo e a auto avaliação contínua, buscando inovação e melhoria permanentes dos processos e estruturas orgânicas.

**c) Incentivo à responsabilidade social**

Contribuir, constantemente, para o desenvolvimento de uma sociedade plenamente equilibrada, promovendo a ética e a cidadania, mediante a consolidação da democracia e redução das desigualdades.

**d) Proteção ao meio ambiente**

Prevenir e reprimir os crimes ambientais e implementar uma cultura de responsabilidade socioambiental, buscando o equilíbrio da natureza, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

**e) Respeito aos direitos humanos, à ética e à cidadania**

Conscientizar os servidores e a população acerca do respeito aos direitos humanos, de forma a contribuir para a formação e manutenção da ética e cidadania.

**f) Valorização das pessoas**

Promover a valorização, equilíbrio e higidez do seu quadro funcional, realizando capacitações e avaliações contínuas, bem como o reconhecimento do mérito de seus servidores.

**g) Fomento do ensino, pesquisa e ciência**

Fomentar e prover o ensino, a pesquisa e a ciência aplicada, desenvolvendo produções de conhecimento de interesse mundial e promovendo sua disseminação interna e externa.

**1.2.15 Macro Objetivos**

**a) Em relação ao Governo**

Ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público.

**b) Em relação à Sociedade**

Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação.

**c) Em relação ao público interno**

Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar.

**1.2.16 Objetivos Estratégicos**

**1.2.16.1. Objetivo: Fortalecer a cultura de gestão estratégica** - Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

**Ação Estratégica**

**a) Planejamento Estratégico** - Implementar a cultura de planejamento estratégico, com base em cenários prospectivos e com o auxílio de ferramentas específicas e sistemas de informação, de modo a obter um fluxo contínuo de

planejamento, flexível e voltado para o futuro, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

- b) **Gestão de Processos** - Implementar a cultura de gestão de processos, de modo a racionalizar os processos de polícia judiciária e administrativa, em todos os níveis de atuação, por meio de sua identificação, mapeamento, diagnóstico e aperfeiçoamento, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Gestão de Projetos** - Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- d) **Avaliação do Desempenho** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de avaliação do desempenho global da instituição, em todos os níveis e segmentos de atuação, a fim de propiciar elementos de manutenção, atualização e revisão do seu planejamento, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- e) **Modelagem Organizacional** - Desenvolver e programar um novo modelo organizacional que permita contemplar todas as atividades atribuídas à Polícia Federal, nas áreas meio e fim, de modo a aperfeiçoar os processos internos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- f) **Gestão do Conhecimento** - Desenvolver, sistematizar e programar sistemas e mecanismos de produção, otimização, gestão, padronização, disseminação e proteção do conhecimento de interesse da instituição, preservando o aprendizado e promovendo a comunicação entre as partes interessadas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- g) **Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** - Fomentar a pesquisa científica e o desenvolvimento de novos projetos, estudos e experimentos de interesse do órgão, bem como realizar ações que visem à promoção das ciências aplicadas como um todo, estimulando a contínua inovação e o comportamento proativo, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- h) **Garantia da Segurança Institucional** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de defesa, segurança orgânica e proteção da Polícia Federal e de seus servidores, dotando o órgão de meios físicos e tecnológicos de segurança, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.2. **Objetivo: Valorizar o Servidor** - Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.



### **Ação Estratégica**

- a) **Gestão por Competência** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de motivação, avaliação do mérito e de reconhecimento das competências de todo o corpo funcional, reestruturando a metodologia de treinamento e ensino e de maneira a obter os melhores resultados, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Assistência à Saúde do Servidor** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de assistência social, proteção à saúde e à segurança, propiciando o bem-estar, satisfação e higidez de todo o corpo funcional, bem como aperfeiçoar os procedimentos relativos aos inativos e pensionistas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Ampliar a Credibilidade Institucional** - Promover políticas de responsabilidade socioambiental e implantar canais de comunicação que respondam com rapidez e eficiência às demandas da sociedade e dos servidores.
- d) **Proteção da Imagem Institucional** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de proteção da imagem da Polícia Federal, no sentido de identificar, analisar e acompanhar as informações concernentes às atividades institucionais, buscando diminuir os desvios de conduta, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- e) **Difusão da Comunicação Interna e Externa** - Desenvolver, sistematizar e programar canais de relacionamento, no sentido de divulgar as ações da Polícia Federal, em âmbito interno e externo, de modo a engajar os servidores e a sociedade nos propósitos institucionais e apoio à Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- f) **Desenvolvimento da Responsabilidade Socioambiental** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de atuação visando às questões sociais e à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais disponíveis, buscando reduzir ou evitar possíveis riscos e danos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.3. **Objetivo: Reduzir a Criminalidade** - Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

### **Ação Estratégica**

- a) **Prevenção à Criminalidade** - Desenvolver, sistematizar e programar medidas preventivas à ocorrência de delitos de competência da Polícia Federal, no sentido de conferir maior poder de atuação em face da criminalidade e permitir que a instituição se previna contra cenários futuros que desfavoreçam a segurança pública, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Repressão a Organizações Criminosas** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de repressão a organizações criminosas e ao crime organizado em geral, instituindo novas técnicas de atuação e investigação,

fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

- c) **Atuação Policial em Grandes Eventos** - Dotar a instituição de mecanismos e estrutura necessários, de maneira a se preparar para eventos de grande porte que dependam de intervenção policial federal sistêmica e contínua, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- d) **Gestão da Qualidade da Prova** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de preservação da prova tratada no âmbito da polícia judiciária, aprimorando o controle da cadeia de custódia e primando pela sua excelência, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- e) **Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Polícia Judiciária** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de aprimoramento da investigação criminal e de procedimentos relacionados às atividades de polícia judiciária, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- f) **Efetivação de Mecanismos de Análise e Inteligência Policial** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de análise e inteligência policial e de integração e interação de dados, informações e sistemas, protegendo-os de ataques e ações adversas, emprestando maior eficiência às análises e investigações policiais, bem como à elaboração de exames periciais, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.4. **Objetivo: Promover a Cidadania** - Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

#### **Ação Estratégica**

- a) **Defesa dos Direitos Humanos** - Desenvolver, sistematizar e programar técnicas e mecanismos de defesa dos direitos e garantias fundamentais, notadamente nas atividades de proteção ao depoente especial, segurança de dignitários, repressão ao trabalho escravo e tráfico de órgãos e de seres humanos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Melhoria dos Serviços ao Usuário/Cidadão** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de aprimoramento dos serviços prestados à população, envolvendo notadamente as atividades administrativas e de apoio finalístico, buscando facilitar o acesso do cidadão à instituição, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Individualização do Cidadão** - Desenvolver, sistematizar e programar técnicas e mecanismos de individualização da pessoa, no sentido de conferir uma identificação única e específica para cada cidadão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

- d) Controle Regulatório e Fiscalizatório** - Desenvolver, estabelecer, sistematizar, e implantar normas, técnicas e mecanismos de regulação e fiscalização da prestação de serviços públicos delegados, no âmbito de atuação da Polícia Federal, fiscalizando o cumprimento das normas e regulamentos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

**1.2.16.5. Objetivo: Incrementar os Acordos e Parcerias** - Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

#### **Ação Estratégica**

- a) Alianças Internacionais** - Promover o intercâmbio de informações entre órgãos e organismos internacionais, por meio da celebração de instrumentos adequados, notadamente nas áreas operacional, de inteligência e técnico-científica, no sentido de ampliar seu poder de atuação e melhor prestar seus serviços à sociedade, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) Cooperação Nacional** - Estabelecer, sistematizar e programar padrões e normas de cooperação em âmbito nacional, promovendo o intercâmbio de informações entre órgãos e organismos nacionais, por meio da celebração de convênios, termos de cooperação e acordos de cooperação técnica, no sentido de buscar maior interação entre as ações desencadeadas nas unidades federativas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

**1.2.15.6. Objetivo: Aprimorar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais** - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

#### **Ação Estratégica**

- a) Gestão de Obras e Infraestrutura** - Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) Racionalização da Gestão Logística** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de racionalização da logística policial, inventariando, padronizando e racionalizando os bens e materiais de consumo, operacional e permanente, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

**1.2.16.7. Objetivo: Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação** - Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

#### **Ação Estratégica**

- a) **Alinhamento da TI à Gestão Policial** - Planejar, aplicar e controlar os recursos de Tecnologia da Informação, gerindo com eficiência os sistemas de informação, e alinhando-se estrategicamente aos objetivos da Administração, no sentido de emprestar o apoio tecnológico necessário à consecução dos projetos e atividades da Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Melhoria da Infraestrutura e Serviços de TI e Telecomunicações** - Adequar, modernizar e expandir a arquitetura, rede e infraestrutura de TI e de telecomunicações, levantando os recursos necessários para uma eficiente atuação por parte da Tecnologia da Informação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.8. **Objetivo: Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico** - Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

#### **Ação Estratégica**

- a) **Gestão Orçamentário-Financeira** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de gerenciamento orçamentário-financeiro e de elaboração de planos plurianuais, compatibilizando-os com as estratégias de gestão, no sentido de reduzir custos e racionalizar gastos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Uniformização Orçamentário-Financeiro-Contábil** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de uniformização e padronização de procedimentos relativos às boas práticas orçamentário-financeiro-contábeis, no sentido de conceber um modelo de administração sustentado no planejamento, supervisão, controle e avaliação da execução orçamentária.

#### **1.2.17 Análise do Plano Estratégico em Andamento na Unidade.**

A Superintendência Regional do DPF no Estado da Paraíba atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças do sistema de segurança pública, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado, situadas nos Municípios de Campina Grande e de Patos, operam em consonância com as diretrizes da Superintendência Regional e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/PB opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF, especialmente no desencadeamento de operações policiais de âmbito interestadual.

Por sua localização às margens do Oceano Atlântico e proximidade com grandes centros urbanos e turísticos da região nordeste, a exemplo de Recife e Natal, criminosos tentam e chegam a utilizar o Estado da Paraíba como rota para diversos crimes a exemplo da lavagem de dinheiro, desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, assaltos a instituições financeiras, violação de

direitos humanos (grupos de extermínio), fraudes contra a previdência social, além de delitos diversos relacionados ao turismo sexual. Essas práticas delituosas foram combatidas com operações específicas e em conjunto com as Superintendências Regionais dos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, entre outras, tendo em vista a natureza interestadual dessas práticas criminosas.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2012, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao desvio de recursos públicos, ao tráfico de drogas e armas, às fraudes a licitações e contratos, às atividades de milícias, lavagem de dinheiro, e fraudes contra a previdência social e o seguro desemprego, entre outros delitos.

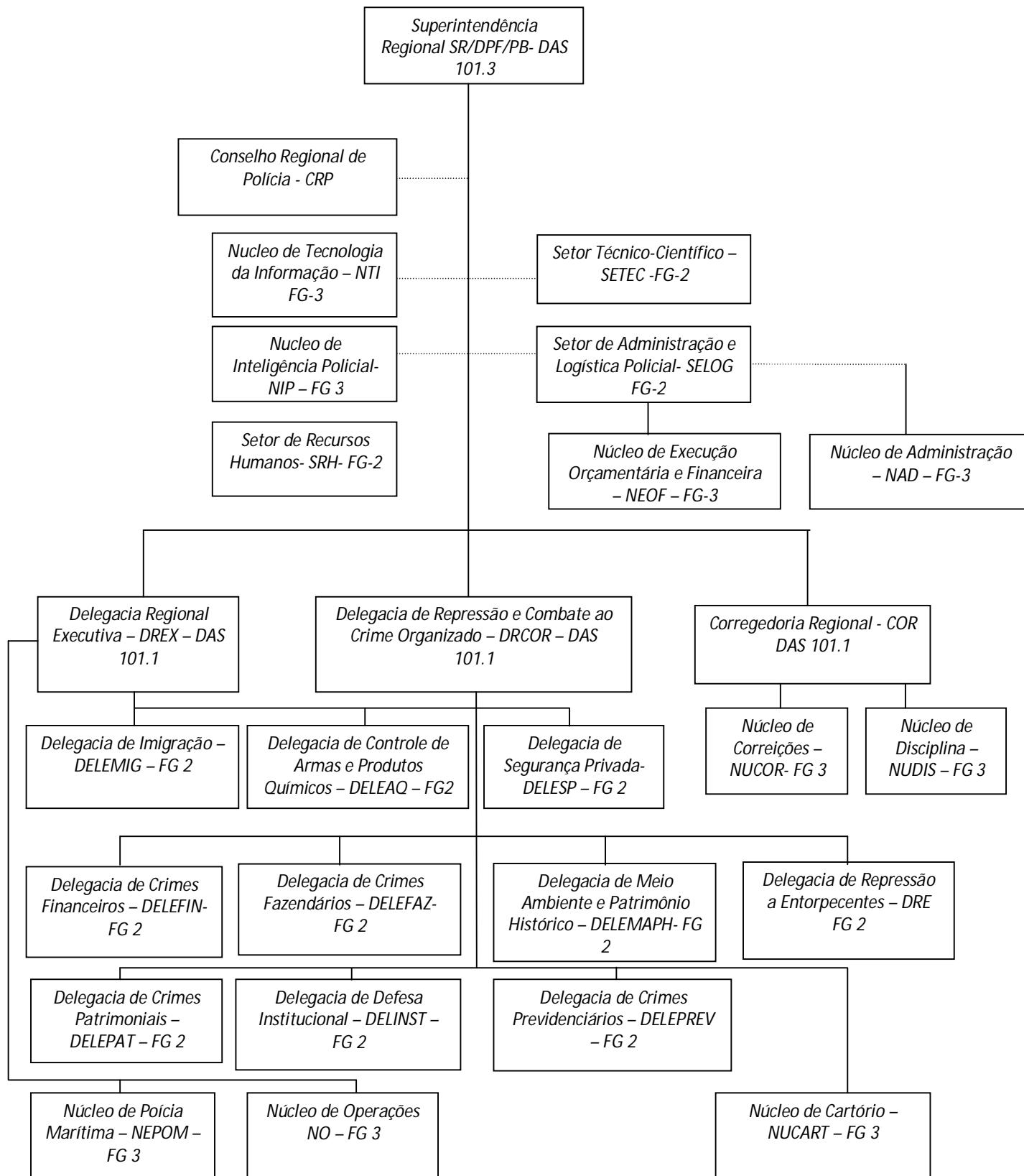
### **1.2.18 Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício de 2012**

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países de fronteira, como Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Peru, etc.; Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras. Essas operações contaram com apoio importante de todas as unidades descentralizadas do Órgão, inclusive a SR/DPF/PB, com cessão de servidores para atuarem em missão nessas Operações.

Assim, durante todo o exercício de 2012, o trabalho integrado das Superintendências Regionais com as Unidades Centrais do DPF e demais órgãos policiais e fiscalizadores, por meio das investigações que culminaram com a deflagração de operações policiais, a exemplo da operação “Pão e Circo”, da operação “Dublê e da operação “Squadre”, planejadas e executadas sob a coordenação da SR/DPF/PB, as quais resultaram na prisão de 84 (oitenta e quatro) pessoas e 161 (cento e sessenta e uma) apreensões de bens diversos relacionados aos delitos, todos em cumprimento a mandados judiciais

A unidade Jurisdicionada manteve, durante o exercício de 2012, à política de realizar ações conjuntas e a interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados em todo o território Nacional.

### 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



A estrutura organizacional da Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba, instituída por meio da Portaria do Ministro de Estado da Justiça n.º 2.877, de 30 de dezembro de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, vigente por todo exercício de 2012, com destaque para as seguintes atribuições de acordo com cada unidade/setor/núcleo:

- 1.3.1 Superintendente Regional:** Como dirigente máximo da unidade descentralizada da Polícia Federal em cada Estado, incube, nos termos do Art. 35 do mencionado Regimento Interno, promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal; cumprir e fazer cumprir as ordens do Diretor-Geral e as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais; aprovar os programas, projetos, planos de trabalho e de metas, com vistas ao cumprimento dos seus objetivos e das metas setoriais; expedir portarias, ordens e instruções de serviço regulamentadoras; indicar ao Diretor-Geral para provimento de cargos de direção, assessoramento superior e funções gratificadas, no âmbito da Superintendência, bem assim, propor sua exoneração e dispensa; instaurar, arquivar, determinar a instauração e outras providências relativas à apuração de notícia ou de representação em razão de supostas infrações praticadas por servidores no âmbito da Superintendência Regional, quando a pena for de advertência, repreensão ou suspensão até 30 (trinta) dias, exceto os processos de cunho acusatório se pelo menos um dos acusados estiver lotado em outra Superintendência; dar posse aos servidores efetivos, aos titulares das funções gratificadas e dos cargos em comissão; autorizar o emprego dos recursos financeiros destinados às suas respectivas unidades. Não há um produto principal a ser destacado em nível do Superintendente, uma vez que sua atuação contribui para o alcance de todos os produtos da Polícia Federal no Estado, conforme especificado no subitem 1.3 dos Macroprocessos.
- 1.3.2 Delegacia Regional Executiva:** estruturado em nível de serviço, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às Delegacias que lhe são subordinadas, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações policiais e administrativas, no âmbito das unidades sob sua subordinação administrativa, técnica e normativa. O principal produto atribuído a essa estrutura são as investigações policiais relacionadas aos delitos na área de imigração, fiscalização de portos, aeroportos, atividade de segurança privada, controle e fiscalização de produtos químicos, concessão de registro e porte de armas.
- 1.3.3 Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado:** estruturado em nível de serviço, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às Delegacias que lhe são subordinadas, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações policiais e administrativas, no âmbito das unidades sob sua subordinação administrativa, técnica e normativa. O principal produto atribuído a essa estrutura são as investigações policiais relacionadas aos delitos na área de desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio público, crime político, crimes ligados às comunidades indígenas, de polícia fazendária, previdenciária, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, crimes cibernéticos e crimes contra a ordem tributária.

- 1.3.4 Corregedoria Regional de Polícia Federal:** estruturada em nível de serviço, tendo como principais atribuições distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas. O principal produto da atuação da Corregedoria Regional são os processos disciplinares instaurados e concluídos em âmbito regional.
- 1.3.5 Setor Técnico-Científico:** estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades da Perícia Criminal Federal no âmbito do Estado, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações periciais e administrativas, no âmbito do Setor Técnico-Científico. O principal produto são os Laudos Periciais relacionadas às investigações policiais no âmbito da atuação da Polícia Federal como Polícia Judiciária da União.
- 1.3.6 Setor de Administração e Logística Policial:** estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades de logística, administração orçamentária e financeira, de materiais, gestão e fiscalização de contratos, licitações e gestão orçamentária e financeira no âmbito do Estado, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das atividades correlatas à gestão administrativa, além daquelas que lhes forem atribuídas por delegação de competência, em sua área específica de atuação, pelo Ordenador de Despesa. Não há um produto principal a ser destacado, uma vez que sua atuação dessa estrutura contribui para o alcance de todos os produtos da Polícia Federal no Estado, conforme especificado no subitem 1.3 dos Macroprocessos.
- 1.3.7 Setor de Recursos Humanos:** estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades de Recursos Humanos no âmbito do Estado, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações administrativas no âmbito do Setor. Não há um produto principal a ser destacado, uma vez que sua atuação dessa estrutura contribui para o alcance de todos os produtos da Polícia Federal no Estado, conforme especificado no subitem 1.3 dos Macroprocessos.
- 1.3.8 Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande:** estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades de competência da Polícia Federal no município de Campina Grande e cidades de sua circunscrição, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações policiais e administrativas no âmbito do Setor. O principal produto atribuído a essa estrutura são as investigações policiais relacionadas aos delitos na área de desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio público, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, crimes cibernéticos e crimes contra a ordem tributária, polícia



fazendária, previdenciária, de imigração, crime político, crimes ligados às comunidades indígenas, atividade de segurança privada, concessão de registro e porte de armas.

**1.3.9 Delegacia de Polícia Federal em Patos:** estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades de competência da Polícia Federal no município de Patos e cidades de sua circunscrição, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações policiais e administrativas no âmbito do Setor. O principal produto atribuído a essa estrutura são as investigações policiais relacionadas aos delitos na área de desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio público, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, crimes cibernéticos e crimes contra a ordem tributária, polícia fazendária, previdenciária, de imigração, crime político, crimes ligados às comunidades indígenas, atividade de segurança privada, concessão de registro e porte de armas.

#### 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

No contexto de sua competência institucional de planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no Estado da Paraíba, estão estruturados os macroprocessos finalísticos, especificados na tabela seguinte, subdividido por identificação do macroprocesso e pela descrição do(s) produto(s) correlato(s), como segue na tabela I:

**TABELA I – Macroprocessos Finalísticos**

<b>UNIDADE: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL</b>	
<b>MACROPROCESSO</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.
<b>UNIDADE: NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL</b>	

Inteligência Policial	<p>Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos,</p> <p>exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional</p>
<b>UNIDADE: DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA</b>	
Controle da Segurança Privada	<p>Consiste num conjunto de processos destinados à autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos</p>
Controle de Armas de Fogo	<p>Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.</p>
Controle Migratório	<p>Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.</p>
Controle de	<p>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização</p>

Precusores Químicos	dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção às testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
<b>UNIDADE: DELEGACIA DE REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO</b>	
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à

criminal	recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.
<b>UNIDADE: SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO</b>	
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

### 1.5 MACROPROCESSOS DE APÓIO

No contexto de sua competência institucional de planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no Estado da Paraíba, estão estruturados os macroprocessos de apoio especificados na tabela seguinte, subdividido por identificação do macroprocesso e pela descrição do(s) produto(s) correlato(s), como segue Tabela II:

**TABELA II – Macroprocesso de Apoio**

<b>UNIDADE: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL</b>	
<b>MACROPROCESSO</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao

Convênios	compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.
<b>UNIDADE: SETOR DE RECURSOS HUMANOS</b>	
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.
<b>UNIDADE: NUCLEO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO</b>	
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.
<b>UNIDADE: SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL</b>	
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e

	gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.
<b>UNIDADE: CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL</b>	
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados às inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

## 1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

No exercício de sua competência institucional a Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba tem realizado inúmeros trabalhos em cooperação com Órgãos e/ou Instituições do Poder Público Federal, Estadual e, por vezes, até municipal. Nesse contexto, pode-se destacar como parceiros de primeira hora as instituições policiais como a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militares do Estado da Paraíba e dos Estados circo vizinhos, a Polícia Civil da Paraíba e dos Estados circo vizinhos, o Ministério Público e o Poder Judiciário com atuações em nível Estadual e na jurisdição que eventualmente afetam a competência dos Tribunais Superiores.

Além destes, cabe destaque ainda como parceiros em importantes trabalhos no ano de 2012, a Controladoria Geral da União – CGU e os Tribunais de Contas da União e do Estado da Paraíba.

## 2. ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

### 2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

#### 2.1.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Superintendência Regional do DPF no Estado da Paraíba atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças do sistema de segurança pública, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado,

situadas nos Municípios de Campina Grande e de Patos, operam em consonância com as diretrizes da Superintendência Regional e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/PB opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF, especialmente no desencadeamento de operações policiais de âmbito interestadual.

Por sua localização às margens do Oceano Atlântico e proximidade com grandes centros urbanos e turísticos da região nordeste, a exemplo de Recife e Natal, criminosos tentam e chegam a utilizar o Estado da Paraíba como rota para diversos crimes a exemplo da lavagem de dinheiro, desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, assaltos a instituições financeiras, fraudes contra a previdência social, além de delitos diversos relacionados ao turismo sexual. Essas práticas delituosas foram combatidas com operações específicas e em conjunto com as Superintendências Regionais dos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, entre outras, tendo em vista a natureza interestadual dessas práticas criminosas.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2012, as ações estratégicas planejadas pela Superintendência da Polícia Federal para o exercício de 2012, guardaram intrínseca relação com as previsões na Lei Orçamentária Anual, ligadas ao programa temático finalístico (Segurança Pública com Cidadania) e ao Programa de Apoio à Gestão (Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça), bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba de atuar fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, buscando realizar diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao desvio de recursos públicos, ao tráfico de drogas e armas, às fraudes a licitações e contratos, lavagem de dinheiro, e fraudes contra a previdência social e o seguro desemprego, entre outros delitos.

Fez parte também do planejamento institucional estratégico a melhoria das condições de trabalho dos servidores lotados no Estado, elencando-se como metas o término da construção do prédio próprio para abrigar a Delegacia de Polícia Federal na cidade de Campina Grande, regularização de situação contratual do aluguel do imóvel onde atualmente situa-se a Sede da Superintendência no município de Cabedelo – PB e o início do processo licitatório para contratação do projeto executivo visando a construção da Sede própria em terreno próprio na cidade de João Pessoa, capital do Estado.

No contexto do planejamento orçamentário e da relação do planejamento das ações compatibilizadas com o plano plurianual, o Departamento de Polícia Federal, como unidade orçamentária subordinada ao órgão orçamentário do Ministério da Justiça, dentro da nova metodologia de classificação funcional programática do Orçamento da União, implementada por meio da Lei Federal 12.593 de 12 de janeiro de 2012, que aprovou o Plano Plurianual do Governo Federal para o quadriênio 2012/2015, participa da execução do seguinte programa temático (finalísticos): **2070 – Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**. Além deste, também participa da execução dos seguintes programas de apoio à gestão: **2112 – Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e 0089 – Previdências de Inativos e Pensionistas da União**.

Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores e manutenção da estrutura administrativa e operacional da unidade.

O programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, que representa a maior parte dos recursos administrados pela unidade gestora a que se referi este Relatório de Gestão, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio,

considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

### 2.1.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

As principais estratégias de atuação da Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba no exercício de 2012 consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, corrupção de servidores e agentes públicos, entre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

A Paraíba encontra-se localizada no leste da região Nordeste e tem como limites ao norte o Estado do Rio Grande do Norte, cuja Capital é a cidade de Natal, ao leste o Oceano Atlântico, tendo como destaque a Ponta do Seixas, importante ponto turístico da capital do Estado localizada na praia do Cabo Branco, caracterizada por ser o local que marca o ponto mais oriental das Américas; ao sul o Estado de Pernambuco, cuja capital é a cidade de Recife, e ao oeste o Estado do Ceará, cuja capital é Fortaleza. Com uma área de 56.439<sup>4</sup> Km<sup>2</sup> e uma população de 3.769.977<sup>5</sup>, correspondente a 1,9% da população nacional, tem uma taxa de densidade demográfica de 64,52 hab/km<sup>2</sup>, sendo a Paraíba uma das unidades da federação de menor superfície, o Estado se caracteriza como um dos menores do país. O Estado possui dois (02) aeroportos em funcionamento, Aeroporto Internacional Castro Pinto em João Pessoa e o Aeroporto Presidente João Suassuna em Campina Grande. Somente o primeiro possui posto de atendimento da Polícia Federal.

Para o ano de 2012 foram priorizadas pela gestão da SR/DPF/PB ações de combate ao crime organizado, em suas diversas modalidades, com destaque para o combate ao tráfico de entorpecentes e às diversas formas de desvio de recursos públicos federais, às atividades de milícia (grupo de extermínio) e de corrupção praticada por servidores públicos federais e estaduais. O desempenho das atividades da unidade administrativa, tanto no campo operacional como nas áreas meio, sofreram dificuldades consideráveis para realização dos seus objetivos, especialmente por conta das limitações orçamentárias introduzidas pelo Decreto n° 7.689/2012, a exemplo do estabelecimento de limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação operacional.

Além disso, ano de 2012 ficou marcado pela ocorrência de movimento grevista de parte significativa número de servidores da carreira policial federal, com prejuízos substanciais ao desenvolvimento do plano de metas e de ações para o exercício, além de inúmeras aposentadorias e exonerações que reduziram a força de trabalho, sem qualquer reposição oriunda de nomeações e/ou contratações de qualquer espécie.

Apesar dessas dificuldades, o trabalho em parceria com o Órgão de Segurança do Estado e outras Superintendências Regionais da Polícia Federal permitiu superá-las parcialmente, de modo que foram realizadas diversas operações exitosas de combate ao crime organizado em suas diversas modalidades, com destaque, como já dito, para o combate ao tráfico de drogas e de armas, às

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, consultado em 10/03/2013.

<sup>5</sup> Dados do IBGE, Censo de 2010, consultado em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, em 10/03/2013.



milícias, ao desvio de recursos públicos federais e à corrupção de agentes do Estado, trabalho esse que culminou com a prisão de diversos envolvidos e a apreensão de armas e munições, além do bloqueio judicial de bens móveis e imóveis de alguns dos investigados.

No que tange à execução do planejamento relacionado aos macroprocessos de apoio à gestão, a principal dificuldade foi decorrente de insuficiência de recursos orçamentários para atender o conjunto de demandas, principalmente em razão do decreto de contingenciamento editado em março de 2012 pela Presidência da República. Em decorrência, uma das principais metas da gestão para 2012 (contratação do projeto executivo para construção do edifício Sede da Superintendência Regional), ficou prejudicada, uma vez que não foram liberados para empenho os valores alocados no orçamento de 2012 para essa finalidade.

Apesar dessas limitações, podemos destacar as seguintes realizações relacionadas aos macroprocessos de apoio à gestão na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba:

- Conclusão da obra da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Campina Grande, possibilitando a instalação em prédio próprio de todo o contingente policial em condições dignas de trabalho no ano de 2013;
- Regularização da relação contratual com o proprietário do imóvel onde atualmente funciona a Sede da SR/DPF/PB, fato que viabilizou a assinatura do novo contrato dando maior segurança à relação jurídico-contratual da SR/DPF/PB e o respectivo proprietário;
- Sensibilização do Órgão Central de Orçamento do DPF no sentido de aumentar o repasse de cotas orçamentárias para unidade uma vez que os custos crescentes estavam em patamares superiores ao repasse, causando problemas de descontinuidade dos contratos e prejuízo às atividades operacionais da unidade;
- Atuação integrada dos setores de gestão e fiscalização de contratos, ambos ligados ao Setor de Administração e Logística Policial – SELOG, com vistas à otimização dos custos e melhor desempenho dos serviços prestados em função dos contratos mantidos com empresas dos mais diversos ramos, tais como: telefonia, combustível, prestadores de serviço, manutenção de viaturas, aquisição de passagens aéreas, fornecimento de água/luz, refrigeração, etc.;
- Continuação da política de qualificação dos servidores desta Unidade por meio da participação em cursos desenvolvidos pela Unidade Sede, em Brasília, na ANP e na introdução da cultura de manualização de procedimentos nas diversas áreas de atuação da Polícia Federal, inclusive nas atividades de apoio, a exemplo de Roteiros Contábeis baseados em transações SIAFI;
- Melhoria da estrutura de TI com a aquisição de novos equipamentos de informática para atender demandas específicas do SETEC/SR/DPF/PB e de outros setores estratégicos, além da Adesão à licitação de âmbito regional para contratação de serviços de suporte na área de TI para o exercício de 2013;

- Adesão à política de melhoria das contratações por meio da participação em licitações de âmbito nacional para contratações de serviços de aquisição de passagens áreas de âmbito nacional e internacional;
- Contratação de empresa especializada para confecção e montagem do mobiliário específico para o Laboratório de Química Forense do SETEC/SR/DPF/PB, fato que viabilizará em 2013 a concretização da instalação desse laboratório em padrões de qualidade e eficiência compatíveis com todo e qualquer demanda da Polícia Federal no Estado e na região;
- Continuação da política de implementação de ações e medidas relacionadas à saúde dos servidores: atuação ativa do SRH, Assistência Social e do Núcleo de Educação Física, realização de cursos e palestras específicas;
- Manutenção das ações de capacitação de todos os servidores policiais quanto ao uso e manuseio de armas de fogo, bem como, de emprego de bastão retrátil e técnicas de imobilização, ministrado por instrutores desta Regional credenciados junto à Academia Nacional de Polícia - ANP;
- Manutenção de política de atuação preventiva da Corregedoria local, principalmente no que se refere a correções ordinárias e parciais de expedientes policiais, com substancial melhoria na qualidade dos Inquéritos Policiais;
- Aprimoramento da política de melhoria constante no relacionamento com todos os Órgãos Públicos que mantêm contato com a Polícia Federal, tanto em relação a atos de Polícia Judiciária, quanto administrativa (dentre eles, Poder Judiciário Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual, Secretaria de Segurança, Secretaria de Justiça, OAB, CGU, TCU, Receita Federal, AGU, UFRN, Forças Armadas, Forças de Segurança, ABIN, IBAMA, SPU, imprensa, CEF, Banco do Brasil, etc.);
- Manutenção da política de acompanhamento das atividades interna e externa por meio da implementação de várias comissões com objetivo de melhorar o desempenho operacional nas áreas de fiscalização de produtos químicos, controle de segurança privada, do registro de armas e munições, inventário, doação de bens, contratos, etc.);
- Manutenção da política de apoio às atividades de controles internos administrativos, com a designação de servidores qualificados para desempenho das tarefas de Conformidade Contábil de Conformidade de Gestão desta UG;
- Manutenção da política de melhoria das atividades de fiscalização nas contratações de serviços nas áreas de engenharia civil e manutenção predial por intermédio da implantação do Grupo Técnico de Engenharia – GTED.

### 2.1.3 Execução do Plano de Metas e de Ações

O plano de Metas da Superintendência Regional da Polícia Federal para o exercício de 2012, encaminhado à unidade Central de Planejamento – CPLAM/DLOG contemplou as seguintes Metas com a avaliação dos respectivos resultados, conforme Tabela III a seguir:

**TABELA III – Avaliação do Plano de Metas**

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO/META	AValiação DO RESULTADO
Aquisição de Mobiliário para Delegacia de Campina Grande. (executar 100%)	Prejudicada por completo em razão do contingenciamento orçamentário.
Aquisição de equipamentos e mobiliário para Auditório da SR/DPF/PB (executar 100%)	Prejudicada por completo em razão do contingenciamento orçamentário.
Aquisição de sistema de CFTV para SR/DPF/PB. (executar 100%).	Executada parcialmente, faltando apenas a aquisição de algumas câmeras.
Aquisição e atualização de servidores de dados e aplicativos. (executar 100%).	Executada parcialmente, faltando alguns aplicativos e equipamentos para SETEC/PB.
Contratação de obra para construção do edifício próprio da SR/DPF/PB (100% dos procedimentos para contratação do projeto executivo).	Prejudicada por completo em razão do contingenciamento orçamentário.
Término da construção do prédio próprio para abrigar a DPF/CGE/PB. (100% da obra concluída).	Executada parcialmente, uma vez que alguns serviços estão sendo finalizados em 2013.
Realizar operações de repressão ao tráfico ilícito de drogas (100% das operações planejadas sejam realizadas).	Prejudicada por limitações orçamentárias e pelo diminuto contingente policial disponível para esse trabalho.
Ampliar o número de prisões em flagrante de correntes de investigações de iniciativa interna. (aumentar em 10% o número dessas prisões).	Prejudicada por limitações orçamentárias e pelo diminuto contingente policial disponível para esse trabalho.
Ampliar em 10% o número de inquéritos relatados.	Meta alcançada, uma vez que foram relatados em 2012 458 IPLs, contra 399 em 2011.
Igualar e/ou superar o número de operações policiais realizadas em 2011.	Meta alcançada, uma vez que foram realizadas 07 operações policiais em 2011 e 11 em 2012.
Realizar operações de combate ao crime organizado, com a implementação de uma equipe de combate à corrupção.	Meta alcançada, pois foram realizadas quatro operações de combate ao crime organizado e montado um grupo na DELEFIN.
Dar continuidade às operações de combate ao	Meta alcançada, pois foram realizadas

desvio de recursos públicos.	operações com essa finalidade.
Combater empresas clandestinas de segurança privada.	Meta realizada, pois foram realizadas 271 vistorias e fiscalizações.
Eliminar e/ou reduzir as solicitações de perícias pendentes.	Meta alcançada uma vez que o número de laudos realizados foi superior ao número de solicitações periciais, ou seja, 688 perícias realizadas contra 640 demandas.
Manutenção adequada do custeio da Sede e das Delegacias descentralizadas (100% das necessidades atendidas).	Meta parcialmente prejudicada em razão do contingenciamento orçamentário e da carência de pessoal.

#### 2.1.4 Indicadores

O indicador de desempenho na Polícia Federal é, do ponto de vista da mensuração de sua eficiência, o parâmetro de mais difícil construção, haja vista as inúmeras variáveis relacionadas com o trabalho da instituição e a relação de interdependência em relação a outras Instituições, como o Ministério Público e o Poder Judiciário. A par disso, a Instituição Polícia Federal não tem medido esforços para construir base sólida de mensuração de sua eficiência. Para tanto, tem avaliado seu desempenho com base no principal produto final que elabora o Inquérito Policial. Nesse intento, foi desenvolvido o indicador de desempenho que medi o prazo médio de conclusão dos inquéritos policiais em dias. O indicador de eficiência é “quanto menor, melhor”. Quanto do estabelecimento do indicador, no plano plurianual 2008/2011, foi estabelecido como indicador de referência 79 dias de prazo médio. No exercício de 2011, a SR/DPF/PB, conseguiu reduzir esse prazo para 70 dias.

Esse indicador é calculado a quantidade de dias úteis de trabalho pela quantidade de inquéritos concluídos, como segue: a) Total de inquéritos relatados: 458; b) Total: 226891 dias (Data Relatório - Data Instauração); c) Total remessa: 219314 dias (Período tramitado fora da unidade); d) Total prazo útil: 7577 dias (Data Relatório - Data Instauração - Período tramitado fora da unidade); e) Prazo médio de conclusão/inquérito: 17 dias (Divisão do Total prazo útil (dias) por Total de inquérito).

Nota-se, portanto, que houve uma melhoria significativa do indicador, bem como na sua metodologia, uma vez que se passou a trabalhar com o conceito de dias úteis, ou seja, a quantidade de dias em que o procedimento ficou, efetivamente, tramitando no âmbito da Polícia Federal. Os dias considerados “não úteis” correspondem a sua tramitação fora da Polícia Federal, basicamente no Ministério Público e no Poder Judiciário.

Por fim, cabe ressaltar que esta Unidade Jurisdicionada, a despeito do índice apresentado (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF), tem conhecimento que está em processo de construção no âmbito Institucional da Polícia Federal de outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Nesse propósito, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto **CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022)**. Esse documento tornou-se a diretriz utilizada pela Direção para a elaboração da proposta do plano de gerenciamento do projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Os trabalhos nesse sentido já estão em curso, com destaque para reunião realizada em 11 de dezembro de 2012, entre servidores da Polícia Federal destacados para essa atividade e representantes da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente daquela Corte de Contas.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica da Polícia Federal (CIGE/DPF) trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, a Polícia Federal, em toda sua estrutura de gestão (centrais e descentralizadas) espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

### **3. ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012**

#### **3.1 ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

##### **3.1.1 Estrutura de Governança**

O Departamento de Polícia Federal, como Órgão integrante da Administração direta do Poder Executivo Federal, tem sua estrutura de governança pautada, basicamente, em âmbito interno pela alta Administração, formada pelo Conselho Superior de Polícia – CSP e pelo sistema de correições formado pela Corregedoria Geral e pelas Corregedorias Regionais. Some-se a isso, a Assessoria de Controle Interno, ligada diretamente ao Diretor-Geral, sendo que este preside o Conselho Superior de Polícia. No âmbito externo, a Polícia Federal está sujeita ao sistema de Controle Interno do Poder Executivo, de responsabilidade da Controladoria Geral da União – CGU, além, naturalmente, da submissão ao papel Constitucional do Tribunal de Contas da União.

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba não possui servidor especialmente designado para acompanhar os procedimentos relativos aos controles internos.

Em nível local desta unidade jurisdicionada, até o presente momento, as atribuições relativas à governança são realizadas pela estrutura formal da unidade administrativo, mediante implementação de procedimentos de conformidade contábil e de gestão, bem como pelo rigoroso critério de segregação de funções que envolvem as rotinas de planejamento, execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, controle de estoques e de patrimônio e de ordenação e despesa. Além da regular atuação da Corregedoria Regional.

### 3.1.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A avaliação dos sistemas de controles internos está calcada na resposta aos pontos destacados no quadro a seguir:

**Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	

<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					<b>x</b>
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					<b>x</b>
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				<b>x</b>	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				<b>x</b>	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>x</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>x</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				<b>x</b>	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					<b>x</b>



### Análise Crítica:

Embora a Direção Geral da Polícia Federal tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba não possui servidor especialmente designado para acompanhar os procedimentos relativos aos controles internos.

Até o presente momento, as atribuições de controles internos são realizadas pela estrutura formal da unidade administrativo, mediante introdução de procedimentos de conformidade contábil e de gestão, bem como pelo rigoroso critério de segregação de funções que envolvem as rotinas de planejamento, execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, controle de estoques e de patrimônio e de ordenação e despesa e pela Corregedoria Regional.

Importa frisar ainda que o Órgão formalmente responsável pelo acompanhamento desses procedimentos no âmbito do Poder Executivo é a Controladoria-Geral da União, e no caso específico do DPF, com apoio de um Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais Órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Nesse contexto, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente na unidade, com especial atenção para o Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade e pela Corregedoria Regional que também tem atuado de forma sistemática no cumprimento das suas atribuições correccionais.

### Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

### 3.1.3 Sistema de Correições

No âmbito da Polícia Federal o sistema de correição está estruturado a partir da Corregedoria – Geral de Polícia Federal - COGER, que funciona como unidade central do sistema, com *status* de Diretoria, conforme definido na Portaria nº 2.877 do Ministério da Justiça, de 30 de

dezembro de 2011, a qual aprovou o Regimento Interno da Polícia Federal, e nas unidades descentralizadas, por Corregedorias Regionais - COR, com *status* de Serviço.

Ainda com base no mencionado normativo, especificamente no artigo 14, pode-se destacar como competências e/ ou responsabilidades do sistema de correições em nível central:

- a) Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correcional e disciplinar no âmbito da Polícia Federal;
- b) Orientar, no âmbito da Polícia Federal, a interpretação e o cumprimento da legislação pertinente às atividades de polícia judiciária e disciplinar;
- c) Apurar as infrações cometidas por servidores da Polícia Federal;
- d) Propor ao Diretor-Geral a aprovação de normas e o estabelecimento de parcerias outras instituições na sua área de competência.

No nível local, a qual está inserida esta unidade jurisdicionada, a Corregedoria Regional de Polícia Federal, além das atribuições típicas das Divisões e Serviços, previstas no Art. 23 do Regimento Interno, tem as seguintes competências e/ou responsabilidades especificadas no Art. 227 da Instrução Normativa n.º 13/2005-DG/DPF:

Art. 227. À Corregedoria Regional de Polícia Federal compete:

- I - distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER;
- II - planejar e executar o Plano de Correições;
- III - decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais;
- IV - promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial;
- V - determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas;
- VI - controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo;
- VII - decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolva infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência;
- VIII - submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER;

IX - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.

Para subsidiar seus trabalhos, a Corregedoria Regional, conta ainda com um Núcleo de Disciplina e outro de Correições, que lhe são subordinados, com as seguintes competências e/ou responsabilidades estabelecidas na supramencionada Instrução Normativa:

Art. 228. Ao Núcleo de Disciplina compete:

- I - receber e registrar informações que noticiem irregularidades praticadas por servidores;
- II - instaurar sindicâncias, processos administrativos e disciplinares, bem como controlar seus prazos legais;
- III - elaborar portarias relativas a elogios e à aplicação de sanções disciplinares;
- IV - executar prisão disciplinar;
- V - escriturar, em ordem cronológica, dados nos livros de registros de sindicâncias, processos administrativos e disciplinares;
- VI - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do Sistema SAD, na área de atuação da Superintendência;
- VII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

Art. 229. Ao Núcleo de Correições compete:

- I - executar o Plano de Correições Periódicas, bem como as atividades relacionadas aos procedimentos correccionais das delegacias especializadas e descentralizadas;
- II - examinar autos de inquéritos policiais e termos circunstanciados, antes de serem remetidos à autoridade judiciária;
- III - registrar, controlar e executar a tramitação dos procedimentos judiciários, o cumprimento de diligências e mandados expedidos por autoridades judiciárias e requisições expedidas pelo Ministério Público;
- IV - controlar e fiscalizar os prazos legais relativos à instauração e à conclusão de inquéritos policiais, termos circunstanciados e investigações policiais preliminares,
- V - elaborar pareceres relativos a conflitos de atribuição, suscitados pelas autoridades policiais, bem como o Relatório de Correições;

VI - avaliar o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais;

VII - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINPRO, na área de atuação da Superintendência;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

Por fim, importa esclarecer que a estrutura da Corregedoria Regional de Polícia Federal atua de forma integrada com a Corregedoria-Geral, assim como com o sistema de Correições do Poder Executivo Federal, sob a responsabilidade da Controladoria Geral da União-CGU, uma vez que todos os procedimentos disciplinares instaurados na unidade são lançados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, Coordenado pela Controladoria Geral da União.

Em termos de produções estatísticas, no exercício de 2012, foram instaurados 13 procedimentos disciplinares, sendo 07 sindicâncias, 01 sindicância patrimonial e 07 processos disciplinares. Por outro lado, foram concluídos 09 procedimentos disciplinares, sendo 05 sindicâncias, tendo uma resultado na instauração de processo disciplinar; 01 sindicância patrimonial que resultou na punição de um servidor; e 03 processos disciplinares, que resultou na punição disciplinar de suspensão de 02 servidores.

### **3.1.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

Conforme mencionado no tópico anterior, a unidade de correição desta Unidade Jurisdicionada está cumprindo os termos da Portaria n.º 1.043/2007, especialmente os Artigos 4º e 5º, uma vez que estão sendo lançadas todas as informações especificadas no mencionado normativo sobre os procedimentos disciplinares instaurados na unidade no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.

## **4. ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012**

### **4.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

#### **4.1.1 Programas do PPA de Responsabilidade da UJ**

Por ser a unidade jurisdicionada uma simples unidade gestora, subordinada à unidade orçamentária do Departamento de Polícia Federal, não consta no Plano Plurianual 2012/2015, qualquer programa temático ou de apoio à gestão sob sua responsabilidade. Por conseguinte, os quadros A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.4, A.4.5, A.4.6, A.4.7, A.4.8, A.4.9, A.4.10, A.4.12 e A.4.13 não se aplicam a esta unidade jurisdicionada, restando apenas, para este item da parte “A” do anexo II da DN TCU nº 119/2012, os quadros A.4.11, A.4.14 e A.4.15 que serão preenchidos e avaliados na sequência deste relatório de gestão, com as devidas adequações de numeração sequencial.

#### 4.1.2 Execução Orçamentária da Despesa

A unidade jurisdicionada da Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba executa por meio das unidades gestoras nº 20396 e 20397, vinculadas respectivamente à gestão 00001 \_ Tesouro, executa parcela do Orçamento Geral da União, provisionada por meio de cotas pela unidade central de orçamento do DPF, portanto, relativas à movimentação interna. Neste contexto, resta-nos para este subitem, as informações a seguir do quadro originalmente numerado com A.4.11 que passa a receber a numeração sequencial deste relatório para A.4.1, como segue:

**Quadro A.4.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

**Valores em  
R\$ 1,00**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200336	200396	0089.0181	53.590,62		
	Recebidos	200336	200396	0089.0181	53.590,62		
	Concedidos	200336	200396	2112.2000			4.195.311,08
	Recebidos	200336	200396	2112.2000			4.195.311,08
	Concedidos	200336	200397	0662.14M4			189.070,38
	Recebidos	200336	200397	0662.14M4			189.070,38
	Concedidos	200336	200397	2070.2726			2.648.519,51
	Recebidos	200336	200397	2070.2726			2.648.519,51
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	200336	200396	2070.8980	478.927,62		
	Recebidos	200336	200396	2070.8980	478.927,62		
	Concedidos	200336	200396	2070.2586	8.752,00		
	Recebidos	200336	200396	2070.2586	8.752,00		
	Concedidos	200336	200397	2070.2720	162.778,75		

	<b>Recebidos</b>	200336	200397	2070.2720	162.778,75		
	<b>Concedidos</b>	200336	200397	2070.8980	46.768,91		
	<b>Recebidos</b>	200336	200397	2070.8980	46.768,91		
	<b>Concedidos</b>	200336	200397	2112.8980	14.610,97		
	<b>Recebidos</b>	200336	200397	2112.8980	14.610,97		

Fonte: Siafi Gerencial.

**Quadro A.4.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários** **Valores em R\$ 1,00**

<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>46.768,91</b>	<b>1.068.253,07</b>	<b>46.768,91</b>	<b>1.068.253,07</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	46.768,91	1.068.253,07	46.768,91	1.068.253,07
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>781.780,43</b>	<b>645.665,25</b>		<b>645.665,25</b>
g) Dispensa	707.142,04	545.698,77	641.403,93	545.698,77
h) Inexigibilidade	74.638,39	99.966,48	74.638,39	99.966,48
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>183.618,34</b>	<b>116.585,58</b>	<b>183.618,34</b>	<b>116.585,58</b>
i) Suprimento de Fundos	183.618,34	116.585,58	183.618,34	116.585,58
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>3.730.598,24</b>	<b>2.854.785,96</b>	<b>3.730.598,24</b>	<b>2.854.785,96</b>
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	3.730.598,24	2.854.785,96	3.730.598,24	2.854.785,56
<b>5. Outros</b>	<b>1.843.579,18</b>	<b>0,00</b>	<b>1.829.457,57</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>6.586.345,10</b>	<b>4.685.289,86</b>	<b>6.506.485,38</b>	<b>4.669.075,17</b>

Fonte: Siafi Gerencial

**Quadro A.4.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários**

Valores em  
R\$ 1,00

**DESPESA CORRENTE**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
1 – Despesas de Pessoal	23.758,16	53.590,62	23.758,16	53.590,62	0,00	0,00	23.758,16	53.590,62
08 – Outros Benefícios Assistenciais	23.758,16	53.590,62	23.758,16		0,00	0,00	23.758,16	53.590,62
3 – Outras Despesas Correntes	6.504.524,71	7.030.949,08	4.666.139,00	6.447.817,84	495.247,51	583.132,14	4.649.924,31	6.369.696,23
14 – Diárias – Pessoal Civil	2.854.785,96	2.964.505,00	1.510.721,77	2.964.505,00	925,99	0,00	1.509.795,78	2.964.505,00
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.967.203,95	2.193.857,07	1.606.190,67	1.682.699,38	361.013,28	511.157,69	1.606.190,67	1.605.994,64
30 – Material de Consumo	450.474,17	400.373,28	373.817,39	354.147,24	76.656,78	46.226,04	373.817,39	354.147,24
Outros	1.232.060,63	1.472.214,63	1.175.409,17	1.446.466,22	56.651,46	25.748,81	1.160.120,47	1.445.049,35
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>							<b>Valores em R\$ 1,00</b>	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
4 – Investimentos	316.406,07	713.609,24	10.590,86	138.527,26	305.815,25	575.081,98	10.590,86	136.789,15
51 – Obras e Instalações – Op. Int. Orc.	10.684,69	525.696,53	-	46.768,91	10.684,69	478.927,62	-	46.768,91
52 – Equip. e Material Permanente – Op. Intra-Orc.	305.721,38	187.912,71	10.590,86	91.758,35	295.130,56	96.154,36	10.590,86	90.020,24

Fonte: Siafi GERENCIAL

**Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ:**

A natureza da atuação da unidade que apenas executa recursos descentralizados da Unidade Orçamentária do DPF (UG 20336) o inviabiliza de executar despesas com Juros e Encargos da Dívida, do grupo de despesas correntes, bem como despesas com Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, do grupo de despesas de capital; portanto, as linhas correspondentes a essas informações foram excluídas do quadro A.4.3; ocorrendo o mesmo em relação às informações de recebimento de créditos de origem externa, contido no quadro A.4.1.

**Contingenciamento no exercício:** O contingenciamento de créditos orçamentários mediante o mecanismo de limitação de saldos para empenho aliada à política de repasses financeiros em patamares insuficientes às necessidades correntes, fatos esses ocorridos no exercício, teve impacto negativo na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos. Algumas gestões já realizadas junto à unidade central de orçamento, especialmente a recomendação da Controladoria Geral da União – CGU, quanto ao repasse de recursos em patamares suficientes, já produziu efeitos, de modo que no final do exercício de 2012 alcançamos um patamar de liberação de créditos considerado adequado às necessidades correntes. Em relação aos investimentos, infelizmente a política de contingenciamento prejudicou a realização das ações programadas para a construção do edifício sede da Superintendência Regional.

**Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária:** O contingenciamento de recursos, a intempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência Regional, chegando, em alguns casos, a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos, com a postergação de medidas investigativas em prejuízo à tempestividade necessária a esse tipo de ação. Também foram postergadas ações administrativas importantes, a exemplo da licitação para contratação do projeto executivo para início da obra de construção do edifício sede, acima mencionado.

Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

**Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária:** Atendendo metas de contenção de despesas, foram mantidas as políticas de controle de ligações telefônicas e disseminação entre os servidores do Órgão quanto ao uso do *VOIP - Voice Over Internet Protocol* (tecnologia de transmissão de voz sobre protocolo de internet), que segundo estudos da DLOG/DPF possibilita uma economia real da ordem de 25% (vinte e cinco por cento) no custo final dos serviços de telefonia. O uso desse serviço permite que ligações telefônicas sejam realizadas por meio da rede internet ou através de redes de dados corporativas. Uma das grandes vantagens do uso do VOIP é de não haver custo, exceto aqueles previstos com o uso da rede lógica, nas ligações telefônicas entre Delegacias do interior e a SR/DPF/PB, e vice-versa, bem como em ligações interurbanas realizadas entre Unidades de Estados distintos. A SR/DPF/PB é uma das dez Regionais do DPF que já utiliza o serviço de VOIP de forma regular. Nessa mesma linha, foi feito o investimento de aquisição de uma nova central telefônica para as Delegacias de Patos e Campina Grande, permitindo a comunicação entre as unidades da Polícia Federal no Estado a custo extremamente reduzido.

Destaca-se ainda o uso da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/PB desde o início de 2010. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica.

Além das facilidades do VOIP e da videoconferência, salienta-se a gestão mais eficaz da telefonia fixa convencional nesta Unidade Jurisdicionada proporcionada por medidas de controle e identificação dos usuários da telefonia e das respectivas ligações telefônicas realizadas, sobretudo aquelas efetuadas fora do interesse do serviço, cujo custo é ressarcido à União mediante o



pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) pelo responsável. A liberação de acesso ao serviço de telefonia, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, exige senha individual e perfil de acesso para cada usuário.

Nessa mesma linha de gerenciamento de custos, visando sua redução sem prejuízo do bom andamento do serviço, foram mantidas ações de redução nos custos de energia elétrica, com estabelecimento de contratos de fornecimento em perfis adequados ao padrão de consumo da unidade; foram adotadas medidas de controle e liberação de viaturas, mediante utilização de sistema próprio (SIGEPOL), o qual permite a individualização e responsabilização de usuários de veículos (viaturas) da Polícia Federal, possibilitando, com isso, significativa redução no custo do fornecimento de combustível e manutenção de veículos.

Por fim, há que se destacar o esforço, que ao final se mostrou exitoso, para regularização do contrato de aluguel do imóvel da Sede da SR/DPF/PB, uma vez que o mesmo havia sido assinado em 2010 com pendências quanto à documentação do imóvel (Habite-se e Averbação), fato que inviabilizou prorrogação desse contrato ao final de 2010, provocando a indesejada situação de utilização do imóvel sem contrato, uma vez que não há imóvel próprio da União para ocupação, muito menos outro imóvel disponível para locação na região. Todas as medidas culminaram com a regularização das pendências a assinatura do contrato n.º 011/2012, regularizando a relação jurídico contratual entre a SR/DPF/PB e o proprietário do imóvel.

## **5. ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012**

### **5.1 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

As informações relativas a este tópico (reconhecimento de passivos; movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores; informações sobre transferências, mediante convênios, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação ou outros instrumentos similares; informações sobre a utilização de suprimentos de fundo, contas bancárias tipo “B” e cartão de pagamento do governo federal; informações sobre renúncia tributária e eventos similares; e informações sobre gestão de precatórios), juntamente com os quadros a eles correspondentes, originalmente numerados de A.5.1 ao A.5.25, têm ocorrência quanto à unidade jurisdicionada apenas em relação aos subitens A.5.2 (movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores) e A.5.4 (informações sobre a utilização de suprimentos de fundo, contas bancárias tipo “B” e cartão de pagamento do governo federal). Por conseguinte, apenas os quadros correspondentes a estes subitens, serão apresentados na sequência, com as devidas adequações na numeração do quadro originalmente previsto na norma do TCU em função da realidade da unidade jurisdicionada.

#### **5.1.1 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

<b>Quadro A.5.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</b>	<i>Valores em R\$ 1,00</i>
<i>Restos a Pagar Não Processados</i>	

<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2012</i>
2011	835.735,04	198.745,20	508.179,94	128.809,90
2010	2.628.059,81	121.968,98	1.926.493,52	579.597,31

Fonte: Siafi Gerencial

### **Análise Crítica: A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ**

Pela análise do quadro, constata-se que a sistemática de rolagem de dívida adotada pelo Governo, por meio da figura de restos a pagar, apesar de sua previsão legal, torna-se perniciosa tanto para o órgão quanto para os fornecedores. Considerando que o limite de pagamento é menor ou igual ao limite do empenho e a correspondente necessidade operacional para o exercício, essa sistemática tem onerado em demasia as setoriais financeiras, gerando a cada ano maiores saldos de restos a pagar. Uma forma de evitar essa sistemática seria a STN desenvolver uma política visando baixar os saldos de restos a pagar, utilizando-se dos diversos superávits financeiros gerados nos últimos exercícios, de forma a facilitar as negociações junto aos fornecedores de bens e serviços.

Destaque-se que no exercício de 2012 houve um esforço da unidade, atendendo orientação da setorial contábil do DPF, no sentido de zerar os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores, fosse por intermédio de pagamento ou de cancelamento, conforme o caso e a situação fática. Nessa linha, foram baixados os restos a pagar de 2008 e 2009 e praticamente todos os de 2010, restando, unicamente, o valor de R\$ 579.597,31 correspondente ao valor em processo de liquidação decorrente do término da obra de construção da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Campina Grande – PB.

Infelizmente, em razão do descompasso entre as liberações orçamentárias e os repasses financeiros, ainda há valores significativos inscritos em restos a pagar do exercício de 2011, contudo, a redução do montante do saldo a pagar demonstra o empenho da unidade em atender a política do órgão central no sentido de zera essas saldos.

#### **5.1.2 Suprimento de Fundos**

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando, tão somente, o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constantes nos Decretos 5.355/2005, 6.370/2008, além do Decreto 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, e ainda a Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

No âmbito interno, em 22 de dezembro de 2011, foi expedida a Instrução Normativa nº 049/2011-Direção Geral do DPF, que estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos, destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal. Esse novo normativo atualizou os procedimentos,

consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 049/2011-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, previsto no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridas, de forma prática e objetiva, na gestão de tais meio de execução da despesa pública, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos nos quadros abaixo, ambos previsto no subitem 5.4 da portaria 150/2012 do TCU, exceto quanto ao quadro A.5.4.4, uma vez que essa UG não realizada despesas de suprimentos de fundos por meio de cantas bancárias tipo “B”.

**Quadro A.5.2.1 – Despesas Realizadas por meio do Suprimento de Fundos (SF)**

<b>Suprimento de Fundos</b>					
<b>Código da UG</b>	<b>Nome da UG</b>	<b>Valores</b>			<b>Total Geral</b>
		<b>Conta Tipo “B”</b>	<b>CPGF</b>		
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
200397	SR/DPF/PB - FUNAPOL	-	113.305,00	73.128,06	186.433,06
	<i>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</i>	-	<b>113.305,00</b>	<b>73.128,06</b>	<b>186.433,06</b>

FONTE: SIAFI

**Quadro A.5.2.2 – Despesas Cartão de Crédito Cooperativos por UG e por Portador**

<b>Código da UG 1</b>	200397	<b>Limite de Utilização da UG</b>			
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Ednaldo Braga dos Santos	250.984.624-87	7.600,00	2.730,00	4.636,10	7.366,10
Francisco Fernandes de Souza	195.712.404-00	4.000,00	720,00	2.028,65	2.748,65
Ednaldo Braga dos Santos	250.984.624-87	5.000,00	850,00	4.150,00	5.000,00
*	*	25.000,00	24.470,00	191,90	24.661,90

*	*	30.000,00	9.940,00	4.366,11	14.306,11
*	*	32.000,00	12.880,00	19.120,00	32.000,00
*	*	28.000,00	14.700,00	8.401,96	23.101,96
*	*	28.000,00	10.140,00	14.057,06	24.197,06
*	*	5.000,00	0,00	310,00	310,00
*	*	32.000,00	21.050,00	8.611,92	29.661,92
*	*	16.000,00	60,00	2.426,99	2.486,99
*	*	26.000,00	15.765,00	4.827,37	20.592,37
Total utilizado pela UJ sob o Regime de Pequeno Vulto			4.300,00	10.814,75	15.114,75
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>109.005,00</b>	<b>73.128,06</b>	<b>186.433,06</b>

FONTE: SIAFI

**Quadro A.5.2.3 – Despesas Realizadas com Cartão de Crédito Cooperativo (Série Histórica)**

<i>Exercícios</i>	<i>Saque</i>		<i>Fatura</i>		<i>Total (R\$)</i>
	<i>Quantidade</i>	<i>(a) Valor</i>	<i>Quantidade</i>	<i>(b) Valor</i>	<i>(a+b)</i>
<b>2012</b>	16	4.300,00	16	10.814,75	15.114,75
<b>2011</b>	26	9.635,00	33	53.965,70	63.600,70
<b>2010</b>	07	3.760,00	39	61.912,58	65.672,58

FONTE: SIAFI

**Quadro A.5.2.4 – Prestação de Contas Suprimento de Fundos (CPGF) - Valores em R\$ 1,00**

<i>Situação</i>	<i>CPGF</i>					
	<i>2012</i>		<i>2011</i>		<i>2010</i>	
	<i>Qtd.</i>	<i>Valor</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Valor</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Valor</i>
<i>PC não Apresentadas</i>	-	-	-	-	-	-
<i>PC Aguardando Análise</i>	-	-	-	-	-	-
<i>PC em Análise</i>	-	-	-	-	-	-

<i>PC não Aprovadas</i>	-	-	-	-	-	-
<i>PC Aprovadas</i>	<b>12</b>	<b>186.433,06</b>	<b>12</b>	<b>116.447,42</b>		

**FONTE: SIAFI**

### **ANÁLISE CRÍTICA:**

Em 2012, nesta Unidade Jurisdicionada, houve um ligeiro acréscimo nas despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao ano de 2011, especialmente por conta do uso do Regime Especial de Execução aplicado às atividades peculiares da Polícia Federal. Como no exercício de 2012 foram realizadas 12 operações policiais relacionadas às investigações em curso na unidade, sendo 05 natureza sigilosa e as demais de curso regular e/ou restrito. Nesse contexto, houve o crescimento da demanda por despesas sob esse regime de execução, tanto na modalidade comum, como na modalidade sigilosa.

Contudo, há que ser destacado o rigoroso processo normativo que regulamento o Regime Especial de Execução (IN 049/2011-DG/DPF), o qual vem sendo rigorosamente aplicado pela UJ, tanto para concessão, como para prestação de contas. Por essa razão é que todos os processos de concessão de suprimento foram devidamente apresentados à prestação de contas e tiveram suas contas aprovadas.

## **6. ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012**

### **6.1 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão Consolidado pelo Órgão Central. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/PB, referem-se a dados apenas ano exercício de 2012, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado e informado pela CRH/DGP/DPF. Também merece destaque o fato de que a SR/DPF/PB, não contou com a força de trabalho de estagiários durante o exercício de 2012, portanto, as informações sobre esse evento não serão ilustrados no quadro específico.

#### **6.1.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS**

As diversas situações envolvendo o corpo de servidores da SR/DPF/PB estão devidamente demonstradas nos quadros seguintes, conforme modelos do item específico da norma do TCU, sendo que o quadro A.6.10 e os quadros A.6.12 ao A.6.16 não tiveram ocorrência nessa UJ, ou por

não se aplicarem ao Departamento de Polícia Federal, ou por tratar-se de informação a ser fornecida em nível central no Relatório de Gestão Consolidado das UJs Centrais do DPF. Cabendo acrescentar em relação aos quadros A 6.15 e A 6.16 que não houve, no exercício de 2012, autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito deste Departamento de Polícia Federal.

Cabe esclarecer ainda que as informações constantes dos quadros A 6.1 e A.6.4 são resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Logo, não constarão deste Relatório de Gestão, embora tenha dados disponíveis, ficando, entretanto, à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

Por outro lado, as informações relativas aos quadros A.6.8, A 6.9, A 6.10, A 6.11, A 6.12 e A 6.13 serão consolidadas no Relatório de Gestão do órgão central, não sendo, portanto, apresentadas no Relatório desta UJ.

Os demais quadros deste subitem estão expostos a seguir, com o devido ajuste na numeração em razão de realidade da UJ.

**Quadro A.6.1 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12**

<i>Tipologias dos afastamentos</i>	<i>Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro</i>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>5</b>
<i>1.1. Exercício de Cargo em Comissão</i>	-
<i>1.2. Exercício de Função de Confiança</i>	5
<i>1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)</i>	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
<i>2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo</i>	1
<i>2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior</i>	-
<i>2.3. Para Serviço em Organismo Internacional</i>	-
<i>2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País</i>	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>7</b>

3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	5
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>3</b>
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	3
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>-</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>-</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>16</b>

Fonte: SIAPE e SIGEPOL

**Quadro A.6.2 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		

<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>24</b>	<b>21</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	24	21	6	7
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	<b>7</b>	<b>8</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro A.6.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	2	77	173	18	6	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	2	77	173	18	6	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	19	5	1	-



<i>2.1. Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2.2. Grupo Direção e Asses. Superior</i>	-	-	-	-	-	2	1	1	-
<i>2.3. Funções gratificadas</i>	-	-	-	-	-	17	4	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	<b>2</b>	<b>77</b>	<b>192</b>	<b>23</b>	<b>7</b>	<b>1</b>
<b><u>LEGENDA:Nível de Escolaridade:</u> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro; grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.</b>									

**Quadro A.6.4 - Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimen tos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exerc. Anteriores	Decis ões Judici ais	Total	
		Retrib uições	Gratificaç ões	Adicion ais	Indeni zações	Benefício Assist. e previdenc iário	Demais despesas variáveis				
<i>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</i>											
E	2012	64.687.954	-	1.273.605	11.567	1.121.352	1.683.634	3.188	9.051	374.958	69.165.312
	2011	40.331.908	58,58	1.087.616	14.893	1.936.503	877.382	19.310	-	466.768	44.734.441
	2010	42.014.015	-	1.143.255	27.918	1.067.436	1.130.801	13.159	-	756.038	46.152.627
<i>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</i>											
E	2012	1.013.837	-	-	-	15.492	36.586	-	-	8.465	1.074.387
	2011	634.571	-	-	-	14.580	10.251	-	-	-	659.403
	2010	463.990	-	-	-	4.856	33.703	-	-	-	502.549
<i>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>											
E	2012	1.222.756	-	90.035	-	16.176	6.204	2.696	-	722	1.338.591
	2011	608.773	-	49.571	-	10.640	31.181	-	-	-	700.191
	2010	619.134	-	47.903	-	14.592	54.707	-	-	-	736.337
<i>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</i>											
	2012	4.527.692	-	74.111	-	85.335	59.004	4.338	-	57.231	4.807.715
	2011	3.803.594	-	25.046	-	104.112	57.672	-	-	13.139	4.003.564
	2010	3.602.892	-	26.382	-	80.256	58.208	-	-	-	3.767.739
<b>OBS: Quadro contém apenas as colunas com ocorrência na UJ e sem as casas decimais dos centavos.</b>											

Fonte: SIAPE, PASTAS DE ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS.

**Quadro A.6.5 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31 de dezembro**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	<b>148</b>	<b>7</b>
1.1 Voluntária	127	7
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	21	-
1.4 Outras	-	-

<b>2. Proporcional</b>	<b>17</b>	<b>-</b>
2.1 Voluntária	8	-
2.2 Compulsória	1	-
2.3 Invalidez Permanente	8	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>165</b>	<b>7</b>

Fonte: SIAPE

### **6.1.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.**

No que tange à contratação de mão de obra terceirizada a que se referi este subitem, esta UJ tem ocorrência apenas em relação às informações cobradas originalmente nos quadros A.6.17 (contratação de serviços de limpeza, Higiene, Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada) e A.6.18 (contratos de prestação de serviços de locação de mão de obra). Eventuais informações sobre os demais quadros deste subitem serão fornecidas no Relatório de Gestão Consolidado do Órgão Central. Por conseguinte, a numeração desses quadros foi ajustada de acordo com a ordem cronológica da realidade da UJ.

Por oportuno, importa esclarecer, em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”

Em atendimento ao constante no item 9.1.2 do referido acórdão, esclarecemos que durante o exercício de 2012 foi observado nível mínimo de supervisão dos terceirizados nos serviços de controle migratório, por esta Unidade Jurisdicionada, conforme a proporção indicada pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração - CGPI

**Quadro A.6.7 – Contratos de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva**

<b>Unidade Contratante</b>														
<b>Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA</b>														
<b>UG/Gestão: 200396</b>							<b>CNPJ: 00.394.494/0031-51</b>							
<b>Informações sobre os contratos</b>														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	V	O	03/2011	03.943.019/0001-97	01/01/2012	31/12/2012	16	16						P
2011	V	O	04/2011	05.554.220/0001-80	01/01/2012	31/12/2012	04	04						P
2011	V	O	05/2011	10.566.345/0001-60	01/01/2012	31/12/2012	04	04						P
2011	L	O	013/2011	41.305.228/0001-77	11/01/2012	01/11/2012	03	03						P
2011	L	O	015/2011	04.427.309/0001-13	01/01/2012	10/01/2012	13	13						E
2011	L	O	016/2011	13.185.192/0001-08	01/01/2012	30/06/2012	02	02						E
2011	L	O	017/2011	24.217.010/0001-41	01/01/2012	30/06/2012	01	01						E
2012	L	O	07/2012	13.418.726/0001-90	29/06/2012	28/06/2013	01	01						A
2012	L	O	08/2012	24.270.795/0001-16	05/07/2012	04/07/2013	11	11						A
2012	L	O	09/2012	10.926.785/0001-81	29/06/2012	28/06/2013	02	02						A
2012	L	O	05/2012	24.270.795/0001-16	11/01/2012	08/07/2012	16	16						E

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Quadro A.6.8 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

<b>Unidade Contratante</b>													
<i>Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA</i>													
<i>UG/Gestão: 200396</i>							<i>CNPJ: 00.394.494/0031-51</i>						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
<i>Ano do contrato</i>	<i>Área</i>	<i>Nat.</i>	<i>Identificação do Contrato</i>	<i>Empresa Contratada (CNPJ)</i>	<i>Período contratual de execução das atividades contratadas</i>		<i>Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados</i>						<i>Sit.</i>
					<i>Início</i>	<i>Fim</i>	<i>F</i>		<i>M</i>		<i>S</i>		
							<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	
2011	3	O	012/2011	41.305.228/0001-77	01/01/2012	31/12/2012	04	04					P
2011	1	O	014/2011	41.305.228/0001-77	01/01/2012	31/12/2012			02	02			P

**LEGENDA**

**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos da SR/DPF/PB

### **Análise Crítica e Considerações:**

Verificamos no quadro da força de trabalho da UJ (A.6.1 – não divulgado por conta do sigilo) em 31/12/2012, que houve um pequeno decréscimo no número de servidores de 2011 para 2012. Informamos que os ingressos de servidores no exercício de 2012 são oriundos de remoção, enquanto que os egressos no exercício referem-se a 07 servidores removidos e 07 aposentados no exercício de 2012.

O quadro das situações que reduzem a força de trabalho na UJ (A.6.2) mostra que 07 servidores foram removidos em 2012, sendo 05 de Ofício no interesse da administração, 01 a pedido no interesse da administração este referem-se a permuta e 01 a pedido independentemente do interesse da administração para acompanhar cônjuge/companheiro.

O quadro do detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (A.6.3) mostra que em 31.12.2012 haviam 28 funções gratificadas, sendo 25 ocupadas e 03 vagas, tendo o acréscimo de 01 função em comparação com 2011, devido a criação da DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/PB (Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos).

A composição do quadro de recursos humanos por faixa etária (A.6.4) mostra que a maioria dos servidores estão enquadrados nas faixas de 31 a 50 anos de idade, correspondente a mais de 70% do total de servidores da SR/DPF/PB, verificamos o percentual de 25% dos servidores na faixa de 51 a 60 anos de idade.

A composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade (A.6.5) levou em consideração para o levantamento dos dados, as informações prestados pelos servidores ao setor de recursos humanos e o cadastro dos servidores no SIAPE, por isso o número reduzido de servidores com nível de aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação, pois muitos servidores não apresentam ao setor de recursos humanos seus certificados de pós-graduação. Não consideramos como pós-graduação os servidores posicionados na classe especial, que fizeram curso especial de polícia na Academia Nacional de Polícia do DPF, pois verificamos que alguns dos servidores, Agentes de Polícia Federal e Escrivão de Polícia Federal, posicionados nesta classe não possuem nível de graduação.

Verificamos que o acréscimo dos valores do quadro de custos de pessoal (A.6.6) no exercício de 2012 refere-se basicamente refletem as progressões que ocorreram em 2012, que devido ao Decreto 7014/2009 de 23.11.2009, publicado no DOU nº 224 de 24.11.2009, combinado com a Portaria nº 3997/MJ, de 02.12.2009, publicada no DOU nº 231 de 03.12.2009, que definiu novos procedimentos para progressão de servidores da carreira policial e fez com que houvesse um aumento substancial no número de progressões dos servidores dessa carreira.

Houve um aumento no número de servidores inativos, verificado no quadro de composição do quadro de servidores inativos (A.6.7), que em 31.12.2012 era 165, esse número pode crescer substancialmente devido a SR/DPF/PB possuir 52 servidores recebendo o Abono de Permanência, sendo 43 da área policial e 09 da área administrativa, que podem a qualquer momento solicitar sua aposentadoria, esse número tende a crescer, para mais 10 servidores que nos próximos dois anos completarão tempo para aposentar e poderão requerer o Abono de Permanência.

Não verificamos alteração significativa na composição do quadro de instituidores de pensão (A.6.8) no ano de 2012.

Entramos em contato com a SEAP/CRH/DPF (Setor de Aposentadorias e Pensões em Brasília), centralizadora da gestão das aposentadorias e pensões no Departamento de Polícia Federal e esta nos informou sobre o preenchimento do quadro (A.6.9), nos informaram que todas as concessões de aposentadoria e pensões, logo que publicadas no DOU são objeto de cadastramento no SISAC ficando a disposição do TCU para análise, logo havendo o cadastramento até os 30 dias do fato caracterizado, conforme demonstrado no quadro A.6.11.

Com relação ao quadro (A.6.19) de composição do quadro de estagiários informamos que não houve preenchimento deste quadro devido a SR/DPF/PB não possuir estagiários.

Informamos que não temos acesso a informações que fazem referência aos serviços terceirizados para o preenchimento dos quadros: A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada; A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicionais autorizados e A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

No tocante as descentralizadas, estas continuam com uma grande demanda de serviços administrativos e policiais, para o numero escasso de servidores, o que gera a necessidade de aumento no quadro de servidores administrativos e policiais das Delegacias de Polícia Federal em Patos e em Campina Grande, de modo a não permitir a sobrecarga em alguns servidores e prejudicar a qualidade da atividade prestada.

## **7. ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012**

### **7.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

#### **7.1.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

A frota de veículos da SR/DPF/PB é utilizada para o desempenho de suas atribuições em estrita observância ao normativo interno, ou seja, IN nº 034/2010-DG/DPF, de 02 de julho de 2010 que disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle do uso dos veículos do DPF.

No ano de 2012 esta unidade jurisdicionada contava com significativa frota de veículos que se mostrou fundamental para o desempenho do trabalho policial, uma vez que em quase todas as atividades fins da unidade há demanda pelo uso de veículos, seja ostensivo e não ostensivos. A idade média dessa frota é de três (03) anos de uso. Todas as atividades relacionadas ao uso, manutenção, baixa, abastecimento e licenciamento e controlado por meio do sistema próprio da SR/DPF/PB (SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial).

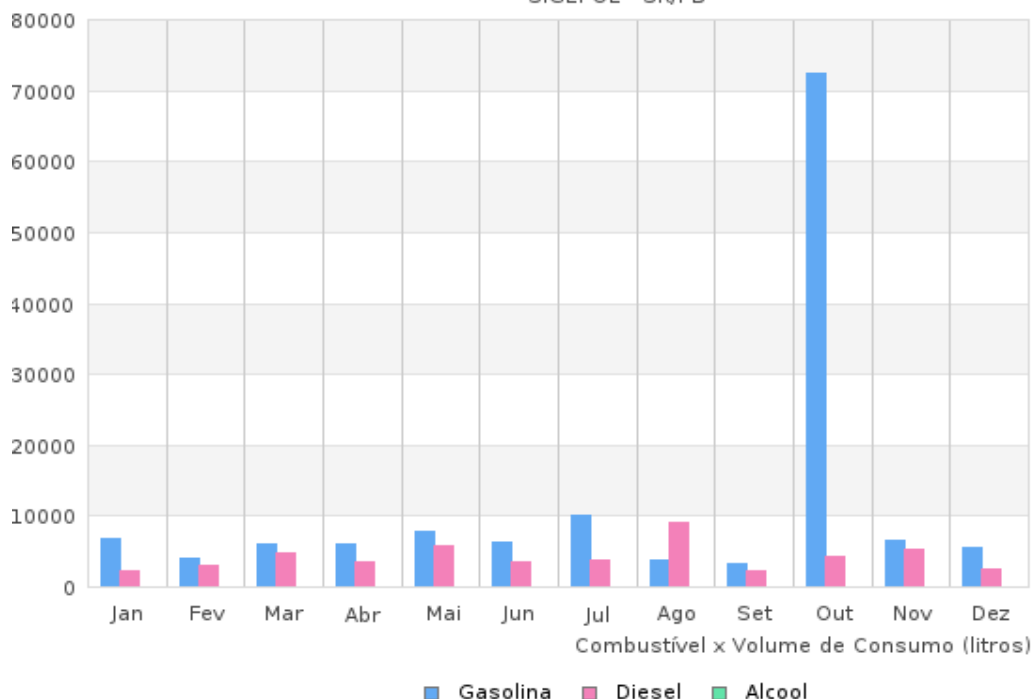
A seguir estão ilustradas algumas informações sobre os dados da frota, e ainda o gráfico sobre o consumo de combustíveis no ano de 2012, sendo que, não é possível disponibilizar no Relatório de Gestão as informações demandadas nas alíneas “c” e “g” desse item, além de algumas

repercussões em outros itens, por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Entretanto, essas informações estarão à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

Gráfico dos Volumes de Consumo de Combustível, Ano:2012  
SIGEPOL - SR/PB



Cabe esclarecer, finalmente, que a unidade mantém contrato de manutenção veicular com a empresa ECOFROTAS, tendo sido gasto no ano de 2012 o montante de R\$ 195.626,28 (cento e noventa e cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais, vinte e oito centavos), o que equivale a uma média anual de R\$ 2.059,22 (dois mil, cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos) gastos por veículo.

Para fornecimento de combustível é utilizado o sistema de abastecimento com cartão, mediante contrato com a empresa VALE CARD; tendo sido gasto em 2012 o montante de R\$ 286.889,41 (duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e nove reais, quarenta e um centavos), equivalendo a uma média anual de R\$ 3.019,88 (três mil, dezenove reais e oitenta e oito centavos) de gasto de combustíveis com cada veículo.



Cabe frisar que no mencionado sistema é possível individualizar essas informações por cada veículo, sendo possível aferir o conjunto de dados pertinentes à caracterização do veículo, seu uso e os custos a ele associados, conforme segue no exemplo ilustrativo extraído do mencionado sistema:

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA**  
**MAPA DE CONTROLE ANUAL DE VEÍCULO OFICIAL ANO: 2012**

MARCA/TIPO/MODELO: ASTRA SEDAN			COR: PRATA			ANO FAB.: 2008		
GRUPO: Viatura Oficial			COMBUSTÍVEL: FLEX			PATRIMÔNIO: 8905		
PLACA ATUAL: JGC 3881			CIDADE/UF: JOÃO PESSOA/PB			LOCALIZAÇÃO: SR/DPF/PB		
CHASSI: 9BGTR69W08B257964			HP: 121cv			RENAVAM: 96102197-7		

MÊS	DISTÂNCIA NO MÊS (Km)	CONSUMO DE COMB. (L)	KM POR LITRO	VALOR DA DESPESA (R\$)			TOTAL(R\$)	GASTO POR KM
				COMBUSTI VEL	MANUT/CO NSER	REPAROS		
JAN	0	0,0	0,00	0,00	0	0	0,00	R\$ 0,00 / km
FEV	371	0,0	0,00	0,00	0	0	0,00	R\$ 0,00 / km
MAR	1600	166,7	9,60	419,14	0	1839	2.258,14	R\$ 1,41 / km
ABR	1451	197,9	7,33	501,67	0	0	501,67	R\$ 0,35 / km
MAI	3413	315,9	10,81	822,51	0	140	962,51	R\$ 0,28 / km
JUN	1616	153,4	10,53	409,91	0	285	694,91	R\$ 0,43 / km
JUL	1415	4.522,1	0,31	1.589,04	320	0	1.909,04	R\$ 1,35 / km
AGO	1578	149,7	10,54	398,24	0	0	398,24	R\$ 0,25 / km
SET	394	39,8	9,90	106,22	0	0	106,22	R\$ 0,27 / km
OUT	631	107,5	5,87	286,30	0	230	516,30	R\$ 0,82 / km
NOV	957	76,8	12,47	204,82	0	1075	1.279,82	R\$ 1,34 / km
DEZ	1445	121,7	11,88	326,28	0	0	326,28	R\$ 0,23 / km
<b>TOTAL</b>	<b>14.871</b>	<b>5.851,43</b>		<b>5.064,13</b>	<b>320,00</b>	<b>3.569,00</b>	<b>8.953,13</b>	

**Fonte: SIGEPOL**

Por fim, cabe esclarecer que a UJ não trabalha com veículos locados e a política de substituição da frota é de responsabilidade da Diretoria de Administração e Logística Policial – DLOG, unidade responsável pelas aquisições de veículos em nível nacional para o DPF, a qual será explicitada no Relatório de Gestão Consolidado do Órgão Central do DPF.

### 7.1.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

As informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ estão inseridas nos quadros específicos a seguir:

**Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1	03	03
	João Pessoa	01	01
	Campina Grande	01	01
	Patos	01	01
Subtotal Brasil			03
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
	PAÍS "n"	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SELOG/SR/DPF/PB

**Quadro A.7.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1	03	03
	João Pessoa - PB	01	01

	<i>Campina Grande - PB</i>	<i>01</i>	<i>01</i>
	<i>Patos - PB</i>	<i>01</i>	<i>01</i>
<i>Subtotal Brasil</i>		<i>03</i>	<i>03</i>
<i>EXTERIOR</i>	<i>PAÍS 1</i>	<i>00</i>	<i>00</i>
	<i>PAÍS "n"</i>	<i>00</i>	<i>00</i>
<i>Subtotal Exterior</i>		<i>00</i>	<i>03</i>
<i>Total (Brasil + Exterior)</i>		<i>03</i>	<i>03</i>

Fonte: SELOG/SR/DPF/PB

### Quadro A.7.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

<i>UG</i>	<i>RIP</i>	<i>Regime</i>	<i>Estado de Conservação</i>	<i>Valor do Imóvel</i>			<i>Despesa com Manutenção no exercício</i>	
				<i>Valor Histórico</i>	<i>Data da Avaliação</i>	<i>Valor Reavaliado</i>	<i>Imóvel</i>	<i>Instalações</i>
<i>200396</i>	<i>2051002285008</i>	<i>13</i>	<i>3</i>	<i>246.638,95</i>	<i>20/12/2006</i>	<i>246.638,95</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>200396</i>	<i>2117000205003</i>	<i>13</i>	<i>3</i>	<i>277.055,06</i>	<i>10/05/2011</i>	<i>277.055,06</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>200396</i>	<i>1981000685002</i>	<i>13</i>	<i>3</i>	<i>185.489,01</i>	<i>19/08/2011</i>	<i>185.489,01</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Total</i>							<i>0,00</i>	<i>0,00</i>

#### Análise Crítica :

Os imóveis cedidos atualmente a SR/DPF/PB pela União tratam-se de 03 terrenos, para construção das sedes em João Pessoa, Campina Grande e Patos, sendo que os dois últimos pertenciam ao DNIT. A obra em Campina Grande já foi iniciada. Nos terrenos da João Pessoa e Patos, já murados, estão sendo guardados os veículos apreendidos. Estão todos em bom estado de conservação.

Destaque-se ainda que a unidade ainda não procedeu ao processo de avaliação dos bens (terrenos) e não realiza despesas com a manutenção desses terrenos, portanto, os campos relativos a esses dados no quadro A.7.3 ficaram sem informação.

## 8. ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

### 8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

#### 8.1.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

#### Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a Serem Avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	x aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	x aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	x aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	x aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	x aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	x aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	

x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
x	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.

<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( x ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( x ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( x ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e

aceitos.	
<input type="checkbox"/> no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
<input type="checkbox"/> no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009):</b> (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários:</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
As respostas aos quesitos foram apresentadas pelo Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/PB, em 21/03/2013. Convém salientar que os dados referentes a planejamento estratégico da área em questão são obtidos junto à Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF, em Brasília/DF. Adicionalmente, algumas ações executadas nesta Unidade Jurisdicionada, no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central encontram-se mais pormenorizadas em seção específica do presente Relatório.	

## 9. ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

### 9.1 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

#### 9.1.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

As informações sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis da UJ estão dispostas no quadro a seguir:

**Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Licitações Sustentáveis</i>					
<p><i>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</i></li> </ul>				<b>x</b>	
	Coleta seletiva, utilização de papel reciclado, interruptores individuais e lâmpadas fluorescentes.				
<p><i>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i></p>			<b>x</b>		
<p><i>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i></p>			<b>x</b>		
<p><i>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</i></li> </ul>			<b>x</b>		
	Não realizamos licitação que justificasse a exigência de certificado.				
<p><i>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras</i></p>					<b>x</b>



<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
automáticas, lâmpadas econômicas).  • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).  • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					<b>x</b>
	Papel reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.  • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
	<b>Sim ( x )</b>		Veículos flex e combustível diesel S50.		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).  • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<b>x</b>				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				<b>x</b>	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				<b>x</b>	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					<b>x</b>
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.  • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					<b>x</b>
	Palestras e informes na intranet.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e					<b>x</b>

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
<i>Licitações Sustentáveis</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<p><i>preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</i></li> </ul>	<p>Palestras e informes na intranet.</p>				
<p><i>Considerações Gerais:</i></p>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p><b><i>Níveis de Avaliação:</i></b></p> <p><b><i>(1) Totalmente inválida:</i></b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b><i>(2) Parcialmente inválida:</i></b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b><i>(3) Neutra:</i></b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b><i>(4) Parcialmente válida:</i></b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b><i>(5) Totalmente válida:</i></b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

### 9.1.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A Unidade Jurisdicionada ainda não dispõe de controles administrativos adequados para obter os dados relativos aos quantitativos de consumo de água e de energia. Para obter esse dado, haveria que realizar um levantamento minucioso em todas as faturas de modo a obter essa informação. Por absoluta falta de pessoal para realizar essa atividade extra, só será possível informar os dados relativos ao gasto orçamentário e financeiro com os itens energia e água, posto que o papel está inserido no subelemento de despesa de material de expediente.

**Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

<i>Adesão a Programas de Sustentabilidade</i>		
<i>Nome do Programa</i>	<i>Ano de Adesão</i>	<i>Resultados</i>
<i>Carbo Neutro</i>	<i>2011</i>	<i>Plantio de 500 mudas de árvores</i>
<i>Recurso</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor</i>

<i>Consumido</i>	<i>Exercícios</i>					
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>
<i>Água</i>				72.446,18	106.845,56	42.096,54
<i>Energia Elétrica</i>				331.072,24	299.412,02	304.697,40
			<b>Total</b>	<b>403.518,42</b>	<b>406.257,58</b>	<b>346.793,94</b>

## 10. ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

### 10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENIDAS NO EXERCÍCIO

#### 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

A Unidade Jurisdicionada não recebeu do Tribunal de Contas da União, no exercício de 2012 e anteriores, qualquer deliberação; portanto, os quadros correspondentes e esse tipo de informação deixaram de serem explicitados.

Em relação ao OCI, a Unidade Jurisdicionada foi auditada em 2012, tendo recebido duas recomendações, as quais serem explicitadas no quadro específico, como segue, com o devido ajuste na numeração do quadro em razão da realidade da UJ.

#### Quadro A.10.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação Completa</i>			<i>Código SIORG</i>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NA PARAÍBA			316
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações Expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
01	201203636	Individual	Ofício nº 17867/2012-CGU-R/PB-PR
<i>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NA PARAÍBA			316
<i>Descrição da Recomendação</i>			
Abstenha-se de realizar despesas sem cobertura contratual, procedendo à emissão de empenho anteriormente à prestação dos serviços, de modo a não infringir o disposto no art. 60, parágrafo			

<i>único, da Lei nº 8.666/1993, c/c art. 60 da Lei n.º 4.320/1994 e art. 24 do Decreto nº 93.872/1986.</i>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NA PARAÍBA			316
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p><i>Gestão junto ao proprietário do imóvel no sentido de que fosse providenciada a documentação pertinente ao imóvel (habite-se e certidão de averbação da construção), uma vez que era a ausência desses documentos que impediram a prorrogação do contrato original (06/2010), bem a assinatura do novo contrato. Não era possível à Unidade Jurisdicionada desocupar o imóvel por absoluta inexistência de outra em condições de locação e ainda por não haver imóvel próprio da União em condições de uso.</i></p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<p><i>Regularização da situação com a assinatura do novo contrato (contrato n.º 011/2012), posto que o proprietário finalmente apresentou a documentação exigida (habite-se e certidão de averbação).</i></p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>Conforme já explicitado, os atuais gestores da Unidade Jurisdicionada, que assumiram a gestão no segundo semestre de 2011, encontraram a unidade com um contrato de aluguel vencido, posto que sua vigência havia se inspirado em 31/12/2010, uma vez que a CJU/AGU/PB deu parecer desfavorável à prorrogação pela ausência no processo de documentos imprescindíveis, tanto para assinatura como para renovação do contrato (habite-se e certidão de averbação). Esse o motivo para não renovação do contrato. Como não havia possibilidade de desocupação do imóvel, pelas razões já explicitadas, a administração passou a cobrar do proprietário a apresentação dos aludidos documentos, fato que só veio a ser concretizado no exercício de 2012, possibilitando, com isso a regularização da situação. Durante todo esse período, não restou à Administração outra alternativa a não ser o pagamento dos valores devidos, com base no preço ajustado em 2010, mediante processo de reconhecimento de dívida.</p>			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	201203636	<i>Individual</i>	<i>Ofício nº 17867/2012-CGU-R/PB-PR</i>
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NA PARAÍBA			316

<b>Descrição da Recomendação</b>	
<p><i>Faça gestão junto à Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF, a fim de que haja a devida programação no repasse de cotas orçamentárias em patamares suficientes ao atendimento global das despesas de custeio da SR/DPF/PB, sobretudo para evitar descontinuidade nos contratos de locação de imóveis, desatrelando a vigência desses contratos ao final do exercício financeiro.</i></p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<i>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NA PARAÍBA</i>	<i>316</i>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p><i>Feita a gestão junto à Diretoria de Administração e Logística Policial a qual está subordinada a Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF, no sentido de que as cotas da SR/DPF/PB fossem incrementadas de modo a viabilizar uma gestão mais adequada das necessidades de custeio da unidade, evitando, descontinuidades de contratos.</i></p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<p><i>Conforme Portaria nº 3169/2012, de 14 de novembro de 2012, a qual aprovou, no âmbito do DPF, os valores globais para o exercício de 2013 das dotações orçamentárias, fixando os limites para o processamento de despesas (cotas orçamentárias), a UJ da SR/DPF/PB, foi contemplada com um valor global de custeio de R\$ 4.603.500,00 (quatro milhões, seiscentos e três mil e quinhentos reais), valor esse, superior em 733.500,00 (setecentos e trinta e três mil e quinhentos reais) à cota fixada para 2012 que foi de R\$ 3.870.000,00 (três milhões, oitocentos e setenta mil reais). Note-se, portanto, que houve um acréscimo da ordem de 19% nas cotas da SR/DPF/PB que deverá ser suficiente para a regularização da atividade de custeio em 2013.</i></p>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>O fator negativo é a política constante de contingenciamento de recursos adotado pelo Governo Federal que inviabiliza qualquer acréscimo aos limites orçamentários da unidade gestora; tendo, em muitos casos, que serem feitos ajustes para redução de valores programados. Isso dificulta o atendimento das demandas por parte da unidade central de orçamento (COF/DLOG). O fator positivo foi efetivamente a compreensão do órgão central de orçamento da extrema necessidade da unidade jurisdicionada em ter os meio mínimos necessários ao atendimento de suas necessidades de custeio.</p>	

**Fonte: SELOG/SR/DPF/PB**

### **10.1.2 Declaração de Bens e Rendimentos Estabelecido na Lei 8.730/93**

O quadro demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (numeração original A.10.5), na SR/DPF/PB os servidores em cargos de Direção e Assessoramento Superior (04 servidores) ao tomarem posse no exercício da função estes servidores entregaram suas Declarações de Bens e Rendimentos a este SRH/SR/DPF/PB, conforme

análise crítica do quadro A.10.5, anterior a essas considerações, na item pertinentes às informações sobre recursos humanos.

**Quadro A.10.2 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR**

<i>Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR</i>	<i>Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93</i>	<i>Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR</i>		
		<i>Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.</i>	<i>Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.</i>	<i>Final do Exercício Financeiro.</i>
<i>Autoridades</i>  <i>(Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)</i>	<i>Obrigados a entregar a DBR</i>	-	-	-
	<i>Entregaram a DBR</i>	-	-	-
	<i>Não cumpriram a obrigação</i>	-	-	-
<i>Cargos Eletivos</i>	<i>Obrigados a entregar a DBR</i>	-	-	-
	<i>Entregaram a DBR</i>	-	-	-
	<i>Não cumpriram a obrigação</i>	-	-	-
<i>Funções Comissionadas</i>  <i>(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)</i>	<i>Obrigados a entregar a DBR</i>	4	-	-
	<i>Entregaram a DBR</i>	4	-	-
	<i>Não cumpriram a obrigação</i>	-	-	-

**Fonte: Pasta de Assentamentos Funcionais**

### 10.1.3 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Para este subitem, cabe destacar que a Unidade Jurisdicionada não executa operações passivas de registro no SICONV, tendo apenas informações lançadas no SIASG; portanto, essa declaração refere-se apenas aos dados lançados no SIASG, como segue:

**Quadro A.10.3 - Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIAS e SICONV**

Denominação Completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Paraíba	200396, 200397
<p>Eu, Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes, CPF nº368.593.623-91, ocupante do cargo de Perito Criminal Federal da Primeira Classe, com exercício na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, declaro, com base em informações prestadas pela Gestão de Contratos/SELOG/SR/DPF/PB, junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações referentes a contratos celebrados por esta unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>João Pessoa/PB, 22 de Março de 2013.</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes</p> <p style="text-align: center;">Perito Criminal Federal da 1ª Classe</p> <p style="text-align: center;">Chefe do Serviço da Administração e Logística Policial/SR/DPF/PB</p>	

## **11. ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012**

### **11.1 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

#### **11.1.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

Em relação à aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9, a UJ realiza a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. A unidade Jurisdicionada não dispõe em seu patrimônio de bens sujeitos a exaustão.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a UJ realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da comissão de avaliação instituída por meio da Portaria nº 056/2012-SR/DPF/PB, de 15 de outubro de 2012, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Quanto às demais contas patrimoniais não previstas no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo (bens móveis) foi estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30. Já a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão está definida no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, como a linear. As taxas utilizadas para os cálculos foram às estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

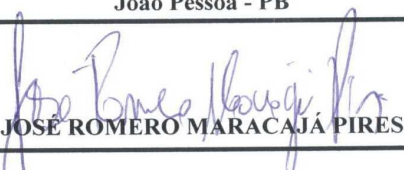
A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido, foi a prevista no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e na MOC 11/2011 – DLOG/DPF.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício. Sob o ponto de vista contábil, a depreciação gerou uma variação passiva não orçamentária na Demonstração das Variações Patrimoniais. Sob o ponto de vista gerencial, a depreciação evidencia a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fornecendo uma base monetária mais confiável para efeito de tomada de decisões. Quanto à avaliação, sob o ponto de vista contábil, o registro da avaliação, considerando a mudança de critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, foi realizado diretamente a conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido. Sob o ponto de vista gerencial, a avaliação busca garantir a confiabilidade da base monetária dos itens avaliados, a fim de espelhar o valor justo para a tomada de decisões.

#### ***11.1.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.***



**Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAIBA - SR/DPF/PB			200396 - 200397
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b>, em relação à UG 200396, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>d) os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	João Pessoa - PB	Data	22/02/2013
Contador Responsável	 JOSÉ ROMERO MARACAJÁ PIRES	CRC n.º	PB-007791/O-3

**12. ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119/2012**

**12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ**

**12.1.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes Pela UJ**

O combate aos crimes cibernéticos e financeiros foi aprimorado, com a criação de um grupo especializado e uma delegacia especializada em crimes financeiros, voltados para o enfrentamento a essas modalidades criminosas que tanto têm causado prejuízo à sociedade paraibana e brasileira. A criação oficial dessas estruturas representa um avanço na linha de atuação da Polícia Federal com vista a cumprir da melhor forma possível sua missão Constitucional de reprimir os crimes transnacionais. Essas novas estruturas irão permitir a especialização dos trabalhos e uma melhor capacitação dos policiais para o enfrentamento das organizações criminosas que se utilizam das novas tecnologias para ofender a sociedade e o Estado brasileiro. A instituição se deu por meio da Portaria n.º 2720/2011-DG/DPF, de 22 de novembro de 2011. O GRCC, a partir da publicação desta

portaria, começa a fazer parte do organograma da Polícia Federal, o que representa uma clara decisão da instituição em fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, conforme previsto no seu planejamento estratégico.

### **12.1.2 Gestão com Qualidade e Perspectivas de Melhorias nos Controles Internos**

No contexto da expansão do programa de gestão pública com qualidade em 2011, inicialmente deve ser destacada a instituição, em 2010, do Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/GAB/DG e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos – EGPE/GAB/DG, ambos vinculados ao Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, no âmbito da Polícia Federal, diretamente subordinados ao Diretor-Geral e com proposta de espelhamento para as unidades descentralizadas, no caso da SR/DPF/PB, diretamente ligado ao Gabinete do Superintendente Regional.

Com efeito, foi criado o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO, mediante a Portaria nº 1246/2010-DG/DPF, de 09/08/2010, considerando a necessidade de: I) promover o alinhamento entre os processos e os objetivos institucionais e as ações estratégicas contidas no Plano Estratégico da Polícia Federal; II) definição de modelo para Gestão de Processos, sustentada por uma metodologia de identificação, mapeamento, diagnóstico, priorização e aperfeiçoamento de processos, que proporcione, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição; e III) melhoria contínua na prestação de serviços ao cidadão, aumento da eficiência operacional, uniformização e simplificação de rotinas internas, redução de custos, minimização de erros e retrabalhos e automação de processos manuais.

Na sequência, foi instituído o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, por meio da Portaria 1990/2010-DG/DPF, de 30/11/2010, considerando o objetivo institucional do DPF de fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Com a formalização do início do projeto, o CIGE deu início às ações relacionadas à efetivação do escopo aprovado. Assim, nos próximos anos, há previsão de que sejam entregues produtos que englobam desde a identificação e o mapeamento dos processos relacionados à Gestão de Projetos, até a formalização de indicadores de desempenho adicionais para o DPF.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – “GesPública” foi criado em 2005, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos brasileiros e para o aumento da competitividade do País.

O momento atual do contexto brasileiro exhibe um conjunto de prioridades, tais como a necessidade de elevar os níveis de atendimento ao cidadão, de introduzir melhorias em processos estruturantes e de compartilhar boas práticas relacionadas às pessoas que formam as organizações.

Ante o exposto, há perspectivas futuras de criação de novos indicadores de desempenho aplicáveis à realidade das Regionais de Polícia Federal, com a colaboração do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF, o que deverá fortalecer sobremaneira a qualidade dos gastos, os controles, as estratégias de atuação e a eficiência na prestação dos serviços públicos no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

### 12.1.3 Programa Carbono Neutro

Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, no exercício de 2012 a Polícia Federal na Paraíba realizou ação de plantio de mudas de árvores para a compensação de gases de efeito estufa (GEE), gerada em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo de medição do impacto ambiental, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas e papel. Também foram realizadas palestras para os servidores no sentido de conscientizá-lo quanto à importância de preservação ambiental e do uso responsável dos recursos naturais.

Embora a maneira mais eficiente de se fixar carbono seja através do plantio de espécies de crescimento rápido, a Polícia Federal preferiu utilizar mudas de espécies nativas e variadas contribuindo, também, para a preservação e recuperação dos biomas de cada região.

### 12.1.4 Implantação de Sistemas e Processos Eletrônicos

A Polícia Federal na Paraíba é uma das Regionais pioneiras no DPF na adesão às novas ferramentas eletrônicas de gestão, a exemplo do E-LOG (sistema eletrônico de gestão em logística), SIGEPOL (Sistema de Gestão Policial) e do sistema de registro eletrônico de frequência – REF. Essas ferramentas, em conjunto com outras em processo de implementação, a exemplo do inquérito eletrônico – “e-PROC”, em utilização no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, trarão maior agilidade ao tramite processual e conseqüente redução de custos e prazos de tramitação entre as Instituições envolvidas. O inquérito policial sem papel gera economia, celeridade e comunicação instantânea com o Ministério Público Federal e com a Justiça Federal.

Atendendo aos mandamentos da Lei Federal 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, a Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba, seguindo diretriz da Direção Geral, tem desenvolvido esforços para cumprir orientações normativas editadas no sentido de que se estabelecem procedimentos e instruções para a instauração de inquéritos policiais, termos circunstanciados e demais expedientes de Polícia Judiciária da União no âmbito da SR/DPF/PB, bem como, a tramitação de tais peças perante a Justiça Federal e o Ministério Público Federal, tudo no sistema denominado “E-PROC”, administrado pelo TRF/5ª Região.

#### 12.1.5 – Realizações de Natureza Operacional

As ilustrações a seguir demonstram, na Tabela IV, os resultados das operações policiais realizadas pela UJ durante o exercício, como segue:

**TABELA IV – Operações Policiais, Demonstração dos Resultados e Objetivos**

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>PRISÕES</b>	<b>BUSCA E APREENSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS</b>
JB		25	Deflagrada no dia 20/01/2012 na cidade de João Pessoa/PB, com a finalidade de proceder ao encerramento de estabelecimentos utilizados na

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>PRISÕES</b>	<b>BUSCA E APREENSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS</b>
			<p>prática do “Jogo do Bicho”.</p> <p>Na ocasião, cerca de 110 policiais federais cumpriram 25 mandados de busca e apreensão, ensejo em que 22 (vinte e dois) estabelecimentos utilizados na prática ilegal foram interditados.</p> <p>Os donos dos estabelecimentos onde foram encontrados produtos e materiais em desacordo com a legislação responderam pela prática da contravenção de jogo de azar.</p>
HERA		03	<p>Operação deflagrada no dia 20/03/2012 com o objetivo de combater a distribuição de material pornográfico envolvendo crianças via internet, na cidade de Santa Rita/PB, na Grande João Pessoa. Na ocasião, policiais federais cumpriram três mandados de busca e apreensão expedidos pela 3ª Vara Federal de João Pessoa.</p> <p>Convém mencionar que as investigações da Polícia Federal na Paraíba tiveram o auxílio do Federal Bureau of Investigation (FBI), sendo que foram apreendidos vários computadores e tablets que eram utilizados por pessoas que tinham acesso ao material pornográfico.</p>
ESCUDO	05	04	<p>Desencadeada no dia 09/04/2012 no interesse do combate ao tráfico de drogas na Paraíba e em Pernambuco, a operação resultou na prisão de 05 (cinco) pessoas por tráfico de drogas.</p> <p>Além das 05 prisões, foram apreendidos mais de 10 Kg de crack, uma pistola cal. 6,35 e munições.</p> <p>A operação ocorreu simultaneamente nas cidades de Arcoverde/PE e Princesa Isabel/PB, sendo que a droga havia sido enviada da cidade de São Paulo/SP, via ônibus interestadual, e se destinava à cidade de Princesa Isabel, no Estado da Paraíba.</p> <p>Os presos foram indiciados por tráfico de drogas, associação para o tráfico e porte ilegal de armas.</p>
DUBLÊ	08 06 Conduções	27	<p>Deflagrada no dia 04/05/2012 com a finalidade de dismantelar quadrilha que desviou mais de cinco milhões de reais de cofres municipais, sendo aproximadamente R\$ 1,5 milhão de verbas da</p>

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>PRISÕES</b>	<b>BUSCA E APREENSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS</b>
	coercitivas		<p>saúde, R\$ 1 milhão de educação e ação social e R\$ 2 milhões de verbas de desenvolvimento rural e infraestrutura urbana, em um esquema que envolvia a falsificação de notas fiscais.</p> <p>A operação consistiu no cumprimento de 27 mandados de busca e apreensão, 08 de prisão temporária e 06 de condução coercitiva nas cidades de João Pessoa, Cacimba de Areia, Emas, Catingueira e Natal/RN, sendo que foi determinado, ainda, o afastamento de prefeitos e secretários municipais.</p> <p>Entre os alvos havia empresários, prefeitos e secretários municipais, os quais foram indiciados por crimes de responsabilidade de prefeitos (art. 1º, I Decreto-Lei 201/67), fraude a licitação (art. 90 da Lei n. 8.666/93), falsidade ideológica (art. 299, CP) e quadrilha (art. 288, CP).</p>
LOGOFF		06	<p>Operação realizada em conjunto com a CGU, no dia 11/05/2012, nas cidades de João Pessoa/PB, Recife/PE e Salvador/BA, visando novos elementos de prova de irregularidades no procedimento licitatório e na execução do contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB e a empresa vencedora do certame ocorrido para fins de “Criação da Plataforma de Convergência Social e Digital de João Pessoa”, projeto esse conhecido como “Jampa Digital”, custeado com recursos públicos federais repassados ao município pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, cujo objeto era levar internet gratuita e sem fio a bairros da capital.</p>
BOM SUCESSO	04		<p>Deflagrada no dia 24/05/2012 com a finalidade de desarticular uma organização criminosa responsável pela distribuição de drogas em diversos municípios do sertão paraibano, dentre eles, Catolé do Rocha, Sousa, Patos e Campina Grande.</p> <p>A ação resultou na apreensão de mais de 328 kg de maconha prensada, a história do estado da Paraíba.</p> <p>Quatro pessoas foram presas em flagrante delito,</p>

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>PRISÕES</b>	<b>BUSCA E APREENSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS</b>
			<p>entre elas pai, mãe e filho.</p> <p>Com o grupo foram encontrados, ainda, 270g de cocaína, três espingardas, dois revólveres e uma pistola.</p>
AMALTÉIA	02	22	<p>A PF, em atuação conjunta com o MPF, CGU e TCU, deflagrou, no dia 16/05/2012, nas cidades de João Pessoa, Belém, Boa Vista, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Caturité, Monteiro, Santa Luzia, Souza e Taperoá, a “OPERAÇÃO AMALTÉIA”, cujo objeto foi desarticular um esquema criminoso que vinha fraudando e causando prejuízos ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual havia firmado um convênio com o órgão estadual responsável por operacionalizar a contratação de laticínios e o controle de produtores rurais para que houvesse a distribuição de leite, no denominado “Programa de Leite da Paraíba”. Foram realizadas duas prisões em flagrante e cumpridos 22 Mandados de Busca e Apreensão e 08 (oito) Mandados de Proibição. Os valores pactuados nos convênios que foram auditados pela CGU correspondem a, aproximadamente, R\$ 237.000.000,00 (de 2005 a 2010). Entretanto, não foi possível definir, com precisão, qual o montante efetivamente desviado.</p> <p>Os crimes investigados foram: estelionato em detrimento de entidade de direito público (Art. 171, § 3º do CPB); formação de quadrilha (Art. 288, do CPB); falsidade ideológica (Art. 299 do CPB) e adulteração de produto alimentício destinado a consumo (Art. 272 do CPB).</p>
SINISTRO	03	13	<p>Deflagrada em 14/06/12, a operação foi resultado de uma investigação cujo objeto foi à desarticulação de um esquema voltado à apropriação indevida de indenizações cobertas pelo Seguro DPVAT, o qual havia causado um prejuízo a beneficiários nos últimos anos da ordem de mais de R\$ 30 milhões. Na ocasião foram cumpridos 03 (três) mandados de prisão preventiva em desfavor de advogados e 13 mandados de busca e apreensão nos estados da PB, RN e PB. Foram realizadas buscas em escritórios de advocacia, bem como mandados de sequestros</p>

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>PRISÕES</b>	<b>BUSCA E APREENSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS</b>
			<p>de veículos e de bloqueio de conta bancária. Outros advogados foram intimados para fins de indiciamento.</p> <p>A fraude se iniciou quando um oficial de justiça do TJ da PB obteve indevidamente inscrição na OAB, mediante a apresentação de documentos falsos. A partir de então, associou-se ele a advogados em escritórios de advocacia nos Estados da PB, RN e PE, entre outros. A seguir, foi montado esquema de captação de beneficiários hipossuficientes em diversas localidades. Em alguns casos, ações judiciais foram ingressadas mediante pagamento de vantagem financeira a servidor público, a fim de agilizar o trâmite dos processos. A partir de então, os beneficiários permaneciam alheios ao andamento processual. Quando da realização da audiência, eram eles substituídos por terceiros, participantes do esquema criminoso. Em seguida, após decisão favorável, advogados recebiam os alvarás judiciais de pagamento de indenização, apropriando-se dos valores.</p>
PÃO E CIRCO	28	65	<p>Operação desencadeada em 28/06/2012 pela PF e pelo MP da PB, com o apoio da CGU, com o objetivo de desarticular quadrilha que desviou mais de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) em treze cidades paraibanas. As investigações envolveram o desvio de recursos públicos federais, estaduais e municipais destinados a custear a realização de eventos festivos. Detectou-se o desvio de aproximadamente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em recursos federais e de aproximadamente R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em recursos estaduais e municipais.</p> <p>Os investigados fraudavam licitações e processos de inexigibilidade de licitação, através da utilização de empresas fantasmas e de documentos ideologicamente falsos, superfaturando contratos para a realização dos eventos, sendo que o esquema contava com a efetiva participação de servidores públicos, e, em alguns casos, dos próprios prefeitos municipais. As irregularidades concentravam-se, sobretudo em festividades como emancipações políticas, São João, São Pedro,</p>

OPERAÇÃO	PRISÕES	BUSCA E APREENSÃO	DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS
			<p>Carnaval e Reveillon.</p> <p>Na deflagração, 300 policiais federais cumpriram 65 mandados de busca e apreensão, incluindo a sede das prefeituras de Cabedelo, Sapé, Solânea, Jacaraú, Itapororoca, Boa Ventura, Alhandra, Mamanguape, Mulungu, Santa Rita, Conde, Cuité de Mamanguape e Capim. Dentre os 28 presos estavam 10 servidores públicos, sendo 03 prefeitos e 03 secretários municipais. Os investigados respondem, na medida de suas participações, por fraude a licitações, corrupção ativa e passiva, peculato, advocacia administrativa, formação e quadrilha e lavagem de dinheiro.</p>
VIVENDA	02	02	<p>A Operação “<b>VIVENDA</b>”, deflagrada em 21/09/2012, teve como objetivo desarticular esquema criminoso liderado por um candidato ao cargo de vereador no município de João Pessoa/PB nas eleições municipais de 2012.</p> <p>Durante as investigações ficou demonstrada a montagem de uma estrutura criminosa para oferecimento de casas em troca de votos para o candidato a vereador na capital paraibana.</p> <p>Com a promessa de recebimento de casas, os eleitores eram cadastrados em uma cooperativa, informando seus dados pessoais, inclusive número do título e seção eleitoral, na promessa de receberem casas, caso o candidato a vereador fosse eleito.</p> <p>Dessa forma, ficavam cientes que o recebimento da moradia estava condicionado ao voto no presidente da cooperativa para vereador em João Pessoa/PB, que viesse a ser computado em determinada seção eleitoral.</p>
SQUADRE	45 DE PRISÃO E 11 CODUÇÕES COERCITIVAS	19	<p>A Operação “<b>SQUADRE</b>” foi deflagrada na região metropolitana de João Pessoa/PB no dia 09/11/12, com o objetivo de desarticular grupos de milicianos, compostos por integrantes de forças policiais locais e particulares, que atuavam em todo o Estado da Paraíba em atividades típicas de grupos de extermínio, no comércio ilegal de armas e munições, na prestação de segurança privada clandestina, com o emprego de mão de obra não</p>



<b>OPERAÇÃO</b>	<b>PRISÕES</b>	<b>BUSCA E APREENSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS</b>
			<p>habilitada, despreparada e portando armamentos ilegalmente, bem como praticando lavagem de dinheiro, extorsões e corrupção policial.</p> <p>Os presos eram integrantes de três diferentes milícias, as quais estavam interligadas pelo tráfico ilegal de armas e munições.</p> <p>A primeira era composta por policiais militares, policiais civis, um agente penitenciário e particulares, os quais atuavam como “grupo de extermínio”, principalmente na região metropolitana de João Pessoa. As vítimas eram, em geral, presos e ex-presidiários, executados em razão de “acertos de contas”.</p> <p>O segundo grupo era comandado por oficiais da Polícia Militar e realizava segurança privada clandestina, assim como o comércio ilegal de armas e munições, usando, para tanto, uma empresa em nome de “laranjas”. O grupo criminoso, que contava com apoio de um Delegado da Polícia Civil da Paraíba, foi investigado, também, pela prática de crimes financeiros e lavagem de dinheiro.</p> <p>O último grupo de milicianos era integrado policiais civis, policiais militares e um agente penitenciário, os quais atuavam extorquindo traficantes de drogas, assaltantes de bancos e outros criminosos.</p> <p>A investigação coordenada pela Polícia Federal contou com o apoio do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba, sendo que na sua deflagração contou com a participação de policiais do COT (Comando de Operações Táticas da PF) e dos GPI’S (Grupos de Pronto Intervenção da PF) de vários Estados.</p> <p><u>Foram mobilizados mais de 400 policiais federais para darem cumprimento aos mandados expedidos pelo Judiciário, sendo que esta foi a maior operação policial já deflagrada na PB.</u></p>

Ainda no contexto dos resultados operações, ilustra-se na tabela V, a seguir, a produção de laudos periciais e informações técnicas produzidas pelo setor técnico científico da sr/dpf/pb.

**TABELA V – Laudos Periciais e Informações Técnicas Produzidos no Exercício**

<b>TIPO DE PERÍCIA – ÁREA DE EXAME</b>	<b>ANO</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Perícias Contábeis e Econômicas	40	71	24
Perícias Merceológicas	-	05	06
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	06	07	07
Perícias de Balística Forense	47	27	45
Perícias de Engenharia	49	46	36
Perícias de Informática	190	81	301
Perícias de Laboratório	69	76	65
Perícias de Local de Crime	32	26	31
Perícias de Meio Ambiente	39	20	04
Perícias de Veículos	71	54	40
Perícias Documentoscópicas	207	162	153
Perícias em Bombas e Explosivos	00	00	00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>710</b>	<b>504</b>	<b>688</b>
<b>TIPOS DE INFORMAÇÕES</b>	<b>QUANTIDADE</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Informações/Informações Técnicas	158	157	159
Pareceres Técnicos	-	02	00

Fonte: SETEC/SR/DPF/PB

**TABELA VI - Produção da Delemig**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>			
	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Passaportes expedidos	8.648	12.630	16.752	12.113
Carteiras de estrangeiros	375	492	545	486
Extradicação	-	-	01	-

<i>Deportação</i>	-	-	-	-
<i>Repatriação</i>	-	02	03	-
<i>Expulsão</i>	01	-	-	-
<i>Registro de Estrangeiro</i>	-	-	-	378
<i>Embarcação fiscalizada</i>	-	-	-	323
<i>Substituição de Carteiras</i>	-	-	-	134
<i>Auto de Infração</i>	-	-	-	127
<i>Pedido de Permanência</i>	-	-	-	127
<i>Prorrogação de estada de turista</i>	-	-	-	126
<i>Prorrogação de estada de temporário</i>	-	-	-	119
<i>Termo de Notificação</i>	-	-	-	34
<i>Transformação de Visto</i>	-	-	-	17
<i>Naturalização</i>	-	-	-	08
<i>Igualdade de direitos</i>	-	-	-	02
<i>Segunda via de Carteira</i>	-	-	-	08
<i>Republicação de Despacho</i>	-	-	-	12

Fonte: DREX/SR/DPF/PB

**TABELA VII - Produção do Núcleo de Identificação**

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
Perícias Papiloscópicas	36	54	28	44
Levantamentos de impressões digitais em local do crime	63	26	32	20
Produção de Retrato Falado	16	09	09	10
Inclusões	1.145	1.452	1.013	554
Folhas de Antecedentes	961	1.679	1.143	693
Alterações de Antecedentes	916	1.670	748	524
Consultas criminais	3.889	6.417	5.868	5.045

Fonte: DREX/SR/DPF/PB

**TABELA VIII - Produção da Deleaq**

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
Empresas Fiscalizadas	-	117	-	*
Cadastros Aprovados	57	22	16	*
Licenças Renovadas	-	41	07	*
Valores Arrecadados – Taxas (R\$)	61.500,00	*	*	*
Valores Arrecadados – Multas (R\$)	-	*	*	*

\* Valores e informações não disponibilizados pela DCPQ/CGPRE/DCOR

**TABELA IX - Produção da Delearn**

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
<i>Registros Emitidos</i>	3.866	5.072	2.809	1.389
<i>Cadastramentos</i>	2.825	3.645	1.071	211
<i>Apreensões</i>	198	216	53	0
<i>Armas Novas</i>	15	58	1071	333
<i>Portes Deferidos</i>	11	10	04	04
<i>Portes Indeferidos</i>	-	-	11	15

Fonte: DREX/SR/DPF/PB

**TABELA X - Produção da Delesp**

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
<i>Carteiras de vigilantes expedidas por ano</i>	1.760	1.355	1.326	1.196
<i>Certificados homologados das Escolas por ano</i>	5.106	2.672	5.945	5.523
<i>Certificados de segurança expedidos</i>	16	35	34	30
<i>Certificados de vistoria expedidos</i>	64	77	80	88
<i>Portarias bancárias expedidas</i>	83	246	266	241
<i>Vistorias realizadas por ano</i>	107	281	281	271
<i>Autos de constatação de Infrações Aplicadas por ano</i>	28	14	05	09
<i>Valor de Multas Aplicadas</i>	39.593,03	13.168,24	25.655,23	39.837,18
<i>Arrecadação com processos diversos (Taxas)</i>	415.187,53	446.332,42	459.185,25	455.783,50

Fonte: DREX/SR/DPF/PB

**TABELA XI - Produção do Núcleo de Operacional**

Cumprimento de Mandados de Prisão	QUANTIDADE			
	2009	2010	2011	2012
<i>Justiça Federal</i>	50	62	38	08
<i>Justiça do Trabalho</i>	14	01	-	-
<i>Justiça Estadual Estadual</i>	48	49	04	07
<i>STF</i>	-	01	-	-
<i>Condução de preso</i>	-	-	-	23

Fonte: DREX/SR/DPF/PB

## **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Sempre procurando melhorar as condições de trabalho dos servidores, a logística foi incrementada com aquisição de novas viaturas pelo Órgão Central, as quais serão distribuídas para todas as unidades da SR/DPF/PB, inclusive Delegacias descentralizadas em Campina Grande e Patos; foram adquiridos novos mobiliários e equipamentos de informática para a Sede. Foram recebidos materiais provenientes do Programa Promotec e da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, direcionados principalmente para o Setor Técnico-Científico, sendo que sua efetiva operacionalização depende de construção do laboratório de química forense em processo de instalação por pessoa jurídica já contratada.

A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, também possibilitou êxito de diversas operações desencadeadas.

Para dar continuidade ao atendimento aos usuários de TI nesta Unidade Jurisdicionada, o NTI preparou os Termos de Referência que irão orientar os processos licitatórios destinados à contratação de serviços nos moldes da Instrução Normativa nº 04/2010 do MPOG – contratação de serviços de telessuporte, manutenção de equipamentos de TI e suporte a servidores, rede, segurança da informação e rede de dados.

Na área de telefonia, foram instaladas novas centrais telefônicas nas Delegacias de Polícia Federal em Campina Grande e Patos, além da continuação da política de ajustes para operacionalizar os contratos firmados com as operadoras de telefonia local e móvel, o que possibilitou a manutenção dos padrões de custos, embora os preços dos serviços venham sendo anualmente reajustados em índices autorizados pela ANATEL.

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão do DPF com o menor custo para a sociedade – incluindo utilização da infraestrutura da rede Dpfnet, utilização de espaço em disco, utilização de recursos de telefonia, entre outros.

Também no bojo da política de controle de custos, foram adotados rigorosos controles de uso de viaturas policiais, por meio do sistema SIGEPOL, o que possibilitou significativa redução dos custos com combustível e manutenção veicular.

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades consistiram basicamente na escassez crônica de recursos humanos - principalmente nas atividades de apoio - e de recursos financeiros.

Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a execução das ações, como conseqüência de outros problemas, como a crise econômica em alguns países da Europa, que acarretaram diretrizes para contenção de gastos governamentais.

Merece destaque ainda as dificuldades em relação à regularização do contrato de locação do imóvel Sede da SR/DPF/PB, contrato esse que venceu em dezembro de 2010 e que teve inviabilizada a sua renovação no exercício de 2011 por razões relacionadas às limitações orçamentárias é, posteriormente, à dificuldade em se obter a autorização do Ministério do

Planejamento para assinatura desse contrato naquele exercício. Esse fato provocou a indesejada situação de pagamento do aluguel devido mediante processos de reconhecimento de dívidas. Depois de intenso processo de cobrança junto ao proprietário do imóvel, as pendências finalmente foram superadas e novo contrato assinado em 2012 (contrato n.º 011/2012).

Destaque-se finalmente que foram desenvolvidos esforços no sentido de sensibilizar a alta administração do Órgão e do Ministério da Justiça no sentido de fazer contar na programação orçamentária para 2013, recursos suficientes para a contratação do projeto executivo para construção da nova Sede para SR/DPF/PB, uma vez que essa ação consta no PPA-2012/2015.

As Metas estabelecidas para o exercício foram parcialmente alcançadas, em alguns casos em patamares superiores ao planejado, especialmente na área operacional, demonstrando a capacidade de superação das dificuldades da Administração e dos seus servidores.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/PB atuou no exercício de 2012, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, contribuindo de forma sistêmica para que o Órgão Polícia Federal pudesse alcançar os objetivos traçados para os programas de governo finalísticos para os quais o Órgão é chamado a contribuir no PPA 2012/2015, a exemplo do Programa Temático (finalísticos): 2070 – Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e nos demais Programas afetos às unidades da Polícia Federal na área de manutenção administrativa do Órgão.

**MARCELLO DINIZ CORDEIRO**

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional

SR/DPF/PB